



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO
PARA TODOS

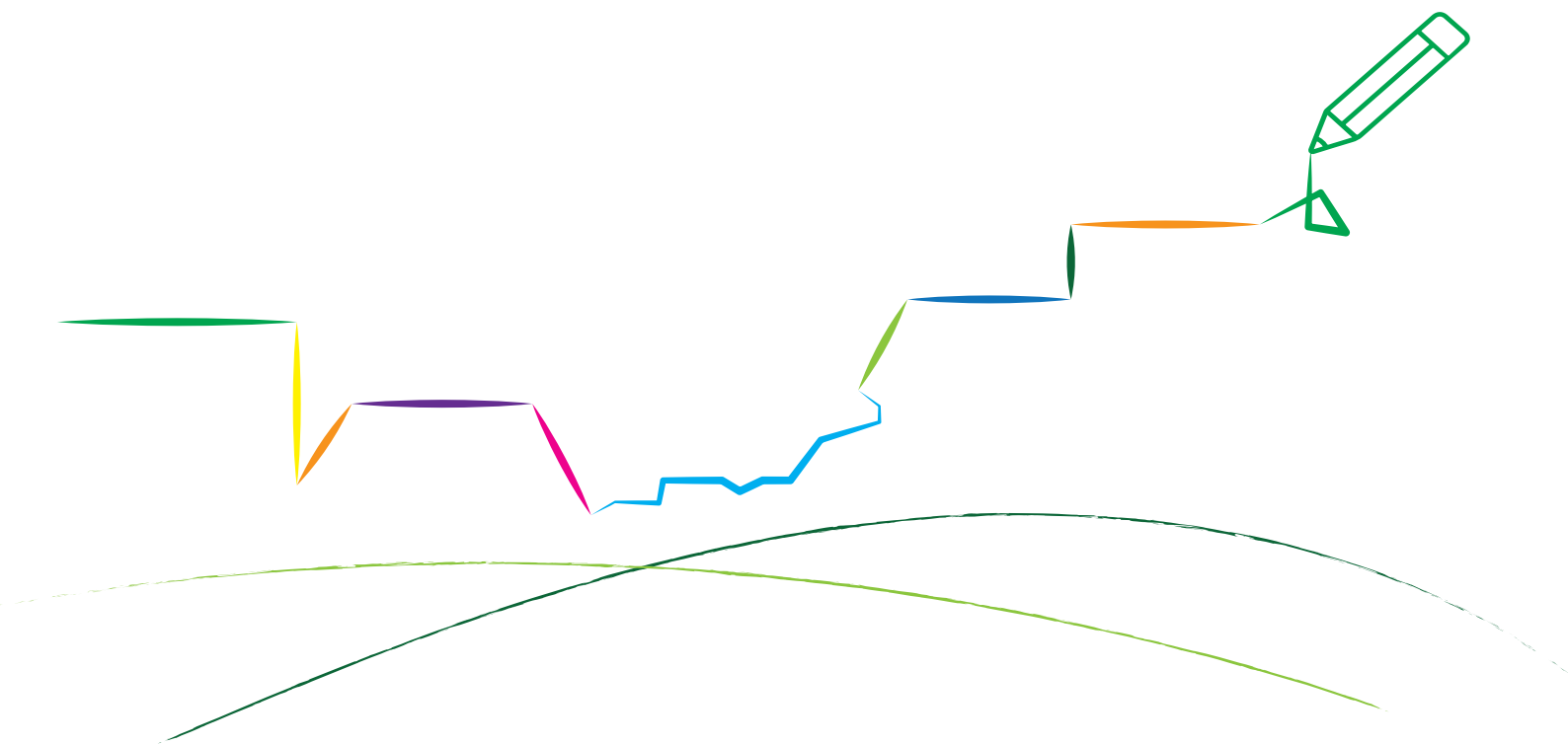
ESTUDO SOBRE CUSTO-ALUNO VERSUS QUALIDADE NO SECTOR DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE



MAPUTO, OUTUBRO DE 2023



Financiado pela
União Europeia



FICHA TÉCNICA

República de Moçambique

Movimento de Educação Para Todos (MEPT)

Financiamento: União Europeia

Título: **Estudo sobre Custo-Aluno versus qualidade no sector da educação em Moçambique**

Produção e Propriedade: **Movimento de Educação Para Todos (MEPT)**

Consultor: **EGÍDIO DANIEL QUIDIONE CUETEIA E.I.**

Desenho Gráfico: **Astro Capital, Lda**

Impressão e Acabamento: **Astro Capital, Lda**

Tiragem: **N/A**

Edição: **Única – Outubro de 2023**



LISTA DE ABREVIATURAS

CAQ	Custo Aluno-Qualidade
D.P.	Despesa Pública
EP	Ensino Primário
ES	Ensino Secundário
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Brasil
INE	Instituto nacional de Estatística
IOF	Inquérito sobre o Orçamento Familiar;
IPG (GPI)	Índice de Paridade de Género/ Gender Parity Index
LAY	Anos de Escolaridade Ajustados à Aprendizagem (do inglês: Learning Adjusted Years)
LAYS	Learning-Adjusted Years of Schooling (LAYS)
MEPT	Movimento Educação para Todos
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG	Organização Não-Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAR (HICs)	Países de Alto Rendimento
PBR (LICs)	Países de Baixo Rendimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD/UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Paridade de Poder de Compra (do inglês Purchase Parity Power)
PRMA (UMICs)	Países de Rendimento Medio Alto
PRMB (LMICs)	Países de Rendimento Médio Baixo
PRONAE	Programa de Alimentação Escolar
RAR	Reunião Anual de Revisão
SNE	Sistema Nacional de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USD	Dólar Norte-Americano
VIH/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da Taxa de Matrícula no Ensino Primário (2010-2020)	21
Figura 2: Evolução da Taxa de Matrícula no Ensino Secundário e Superior (2010-2020)	22
Figura 3: Evolução da Taxa de Conclusão do Ensino Primário e Secundário em Moçambique (2010-2020)	22
Figura 5: Rácio Aluno-Professor (2020-2022) por Província	23
Figura 4: Evolução da Formação de Professores por Níveis de Ensino	23
Figura 6: Despesas com Educação por Fonte de Financiamento e Classificação da Despesa	25
Figura 7: Despesas com Educação em relação ao PIB e Despesa Total do Governo.	25
Figura 8: Gastos Por Aluno por Níveis de Ensino 2018-2022.	26
Figura 9: Proporção de Salas de Aulas Precárias por Província (2018-2022).	27
Figura 10: Evolução do Poder de Compra no Sector e Educação- Moçambique (2018-2022)	28
Figura 11: Avaliação de Competências em Numeracia e Literacia na 3ª Classe em 2016.	29
Figura 12: Qualidade Vs. prestação de serviços nas escolas (esforço, capacidade dos pWrofessores e insumos) .	30
Figura 13: Avaliação da Satisfação dos Alunos por tipo de Problemas e condições de Ensino	30
Figura 15: Custo-Aluno- projecções do Plano Estratégico da Educação 2020-2029	31
Figura 14: Gastos por Aluno Moçambique Vs. Referencia de Países 2017-2022 (em USD)	31
Figura 16: Taxa de Matrículas no EP e ES (%) Vs. Despesas com Educação (% do PIB e da Despesa Total).	32
Figura 17: Projecção de Indicadores de Qualidade de Educação com Professores Vs. Custo por Aluno	33
Figura 18: Projecção do rendimento escolar por níveis Vs. Gasto por Aluno no Ensino Geral	34
Figura 19: Taxa de Crescimento dos alunos VS escolas VS salas de aulas Vs. Orçamentos.	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Projeções do Crescimento de Matrículas no ensino Pré-escolar e Alfabetização.	33
Tabela 2: Esforço e Disponibilidade para o Ensino e aprendizagem	34
Tabela 3: Tendência de recursos alocados para Actividades específicas de educação	36



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	vii
1. ENQUADRAMENTO	1
1.1. Contexto	1
1.2. Objectivo geral.	2
1.3. Objectivos específicos	2
1.4. Problema de pesquisa	2
2. METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS	3
2.1. Levantamento e Análise de Dados:	3
2.2. Delimitação do Estudo	3
2.3. Limitações da pesquisa.	4
3. REVISÃO DA LITERATURA	6
3.1. O Conceito de Custo e de Qualidade de Educação	6
3.2. Custo por Aluno e Seus Componentes.	10
3.3. Evidências Empíricas: A relação Custo-Aluno e Qualidade da Educação	13
4. O CUSTO POR ALUNO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	18
4.1. Enquadramento do Sector de Educação em Moçambique	18
4.2. Custo Médio por Aluno e Qualidade da Educação em Moçambique.	26
4.2.1. Gastos da Educação por aluno	26
4.2.2. Investimento em Infra-estruturas de Educação	27
4.2.3. Avaliação do Poder de Compra do Sector	28
4.2.4. Análise da satisfação dos alunos em relação a educação	28
4.3. Análise da Relação Custo-Aluno e a Qualidade da Educação Em Moçambique.	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES DE POLÍTICAS	37
5.1. Desafios	39
6. REFERÊNCIAS	41

SUMÁRIO EXECUTIVO

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação e seu papel na promoção do crescimento económico e da igualdade social é inegável. Em Moçambique a educação constitui um Direito Constitucional e, a busca por um sistema educacional eficiente e de qualidade é uma prioridade para alcançar progresso sustentável.

Os resultados dos esforços do Governo ainda são incipientes e desiguais, com disparidades regionais, de falta e limitação das infraestruturas que se encontram em condições precárias, a falta de materiais didáticos, a ocorrência de intempéries sistemáticas provocadas pelas mudanças climáticas e desafios persistentes na qualidade do ensino, incluindo as limitações de fórum orçamental. O objectivo deste estudo é de examinar a relação entre indicadores do custo-aluno e a qualidade da educação em Moçambique, analisando as políticas governamentais, as estratégias de financiamento e os desafios enfrentados pelas escolas e professores.

O estudo é uma análise exploratória, seguindo uma abordagem quantitativa e qualitativa, recorrendo a utilização de métodos estatísticos para analisar o comportamento dos indicadores de qualidade em contraposição custo-aluno determinados a partir de informações e padrões nacionais e internacionais de diferentes fontes de informação (entre primárias e secundárias), incluindo bibliográficas, documentais e na base de entrevistas com os actores e informantes chaves.

O custo medio por aluno representa o gasto medio por aluno realizado pelo estado para o ensino obrigatório (ensino primário e secundário) que é estimado em cerca de USD 74,00 (equivalente a cerca de 5.095 MT) por aluno matriculado no ensino fundamental. Entretanto o limiar do custo-por aluno para que se alcance a qualidade de educação que permite igualmente alcançar as metas dos objectivos de desenvolvimento sustentável situa-se entre o limite custo médio por aluno em Países de Renda Média Baixa (USD 318,0) e a dos Países de Rendimento Medio Alto (nos quais o gasto médio por aluno se situam nos níveis de USD 980,0).

Em relação a estes custos de referência, o país se encontra distante, demandando de políticas que se orientam por este indicador, para o aumento dos gastos por aluno, como é confirmado pelas evidências, de que os países com um espaço fiscal limitado e em vias de desenvolvimento, precisam aumentar os seus gastos por aluno, mas devem igualmente melhorar tanto a eficiência interna como a externa, sem entretanto deixar de sustentar os ganhos verificados no capítulo do acesso, principalmente, tendo em atenção na taxa de transição para o Ensino secundário e o sucesso escolar nos níveis mais altos. O ensino técnico também deveria ser privilegiado.

Os resultados encontrados colaboram com as evidências empíricas encontram uma fraca associação entre os rendimentos da aprendizagem e os gastos unitários com educação, mais fraca em países com altos orça-



mentos por aluno no ensino fundamental que nos países de limitado orçamento. Embora existam limitadas avaliações da qualidade da educação e mais concretamente as competências adquiridas pelos alunos submetidos ao processo de ensino e aprendizagem realizadas no país, os indicadores relativos a criação de condições para um processo de ensino de qualidade apresentam melhorias ao longo do tempo, assim como se verificam aumentos no que respeita aos limiares de orçamentos para o sector de educação. Trata-se da formação dos professores, o Rácio Aluno-professores, as condições das infraestruturas escolares, assim como no tange ao equipamento e provisão de materiais de ensino (Livros e carteiras escolares, etc.).

Os atores do sector de educação, incluindo governamentais, sociedade civil, parceiros de cooperação, entre outros, devem alargar o

uso do custo-aluno para, não somente informar políticas e sustentar o lobby e as negociações na alocação de recursos para o sector de educação, mas igualmente servir de instrumento para a tomada de decisão, incluindo o exercício de advocacia de promoção do desenvolvimento do ensino e aprendizagem e a educação em geral.

Constitui um desafio importante, a institucionalização de uma autoridade de garantia de qualidade mais dinâmica e atuante, no sentido de realizar não somente a conformidade dos instrumentos de reforma no campo da educação, mas igualmente no acompanhamento da operacionalização dos instrumentos e opções de reformas introduzidas. Estudos mais sistemáticos deverá ser permanentemente realizado, incluindo a criação de plataforma permanentes de discussão sobre a qualidade do sistema e subsistemas, assim como o modelo de educação e de ensino no país.

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Contexto

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação, e seu papel na promoção do crescimento económico e da igualdade social é inegável. Em Moçambique, um país que possui uma rica diversidade cultural e recursos naturais abundantes, a busca por um sistema educacional eficiente e de qualidade é uma prioridade para alcançar progresso sustentável. No entanto, enfrentar desafios significativos relacionados ao financiamento da educação e à qualidade do ensino tem se mostrado uma tarefa complexa.

Neste estudo, exploramos a relação crucial entre o custo-aluno e a qualidade da educação em Moçambique. O custo-aluno é um indicador fundamental para entender a alocação de recursos no setor da educação, enquanto a qualidade da educação reflete a capacidade do sistema de proporcionar uma formação sólida e abrangente aos alunos, capacitando-os para enfrentar os desafios do mundo moderno.

Ao longo das últimas décadas, o governo moçambicano tem feito esforços significativos para expandir o acesso à educação, aumentando o número de escolas, o investimento no setor e reformas estruturantes no Sistema Nacional de Educação decorrente da implementação da Lei Nº 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do Sistema Nacional de Educação, tendo concluído em 2022 a reestruturação do Ensino Primário, isto é, deixou de existir o EP1 (1ª a 5ª

classe) passando a vigorar o Ensino Primário (EP) de 6 classes (RAR, 2022).

No entanto, os resultados ainda são desiguais e incipientes, com disparidades regionais, infraestruturas precárias, falta de materiais didáticos, intempéries sistemáticas provocadas pelas mudanças climáticas e desafios persistentes na qualidade do ensino e na formação e contratação de professores.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo examinar criticamente a relação entre o custo-aluno e a qualidade da educação em Moçambique, analisando as políticas governamentais, as estratégias de financiamento e os desafios enfrentados pelas escolas e professores. Além disso, buscará identificar as boas práticas e soluções inovadoras implementadas em outros contextos para melhorar a educação, com o intuito de propor recomendações adequadas para fortalecer o sistema educacional moçambicano.

Ao compreender as nuances entre o custo-aluno e a qualidade da educação, este estudo espera contribuir para a formulação de políticas mais eficazes e investimentos mais bem direcionados, a fim de alcançar um ensino de elevada qualidade, que promova o desenvolvimento social e económico do país e prepare os crianças, adolescentes e jovens moçambicanos para enfrentar os desafios do futuro.



1.2. Objectivo geral

- Analisar a relação entre o custo por aluno e a qualidade da educação primária em Moçambique.

1.3. Objectivos específicos

- Determinar o custo médio por aluno na educação primária em Moçambique;
- Avaliar a qualidade da educação primária e básica em Moçambique com base em indicadores educacionais relevante;
- Investigar a relação entre o custo por alu-

no e a qualidade da educação, utilizando indicadores educacionais como medida de qualidade;

- Identificar possíveis desafios e oportunidades para melhorar a qualidade da educação primária, considerando o custo por aluno.

1.4. Problema de pesquisa

- O problema de pesquisa que se propõe explorar e responder é:
- Qual é a relação entre o custo por aluno e a qualidade da educação primária em Moçambique?

2. METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

O desenvolvimento da pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa e qualitativa, recorrendo a utilização de métodos estatísticos no sentido de exaurir todas as possibilidades da informação e dos recursos disponíveis. Trata-se de um estudo bibliográfico e teórico de uma pesquisa

2.1. Levantamento e Análise de Dados:

- Coletar dados sobre o custo por aluno e indicadores de qualidade da educação, como taxa de conclusão, desempenho em testes padronizados, proporção de professores qualificados, entre outros;
- Realizar análises descritivas para obter uma visão geral dos dados colectados;
- Identificar correlações entre o custo por aluno e os indicadores de qualidade da educação.

2.2. Delimitação do Estudo

O contexto temporal em que a análise se concentra compreende a análise do Custo-Aluno e a relação com a qualidade de educação do momento actual em que o país se encontra. Entretanto, as análises cobrem informações do passado mais recente até ao ano de 2022, embora dados para comparação também cubram informações e abordagens da situação de 2023.

O espaço físico coberto na análise considera todo território nacional. No entanto, por questões relacionadas a contextos locais diferentes, algumas análises carecem de um tra-

tamento mais restritos a regiões e contextos locais, até porque na análise do custo aluno e qualidade no sector de educação, as questões sobre a equidade e o carácter inclusivo das intervenções no sector são chamadas e são consideradas relevante até para se compreender como a qualidade de educação assim como o custo-aluno varia em função do contexto regional e social em que o sector actua

A discussão sobre o custo-aluno merece o enquadramento relativo a perspectiva que se pretende ter ou dar, designadamente se se trata da perspectiva do indivíduo ou na perspectiva do estado. em todo caso, quando esta discussão vem à tona, se está a pretender entender sobre o volume de recursos incorridos, alocados u efectivamente utilizados para prover serviços de educação aos indivíduos, tanto pelas famílias assim como pelo estado. no entanto, para este estudo considera-se importante aplicar a perspectiva do estado, pois trata-se de entender a educação como um direito constitucional dos cidadãos e que está na responsabilidade do estado em garantir a alocação e uso de recursos para a prestação do mesmo. portanto as despesas médias com a educação, tendo em conta a inclusão dos respectivos níveis de ensino e qualidade da educação razoável e tendo em conta os padrões definidos globalmente.

como se pode deprender, não se discute o custo -aluno no sector de educação sem referir-se à qualidade de educação que se pretende assumir ao se considerar esse custo, mesmo que esteja padronizado. para este caso, este estudo se suporta da abordagem consi-





Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

derada na Agenda 2030 dos objetivos de desenvolvimento sustentável, no seu quarto objetivo que refere que se deve “Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”¹. Como se pode entender, a educação de qualidade corresponde a um serviço que seja inclusivo, mas em todo caso provido de forma justa, de tal forma que resulte na promoção de oportunidades de aprendizagens na vida toda e para todos como forma de se inserir na sociedade.

Assim, o conceito custo-aluno qualidade de educação, embora seja tratado de diferentes formas e se de, às vezes, diferentes sentidos, ele tem que ver com o valor que precisa ser investido anualmente pelo governo, por estudante de cada etapa e modalidade, para garantir que receba uma educação de qualidade². Entretanto, nota-se aqui que dependendo

dos objetivos de política do Governo, o indicador pode ser aplicado para vários níveis de ensino, mas para este trabalho, e para o caso de Moçambique, interessa abordá-lo na perspectiva do ensino básico que integra os níveis de ensino pré-escolar, o ensino primário e o secundário.

Outros sistemas consideram igualmente o ensino pré-universitário na matriz de avaliação do custo aluno. Embora o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número quatro (ODS 4) se concentre no desenvolvimento da primeira infância e na educação básica, do primário ao secundário, o modelo de custeamento da educação da UNESCO centra-se no acesso ao ensino pré-escolar e ao ensino primário e secundário, mas igualmente ao ensino pós-secundário, ou seja, ensino pré-universitário, por várias razões (Wills, 2015)³.

2.3. Limitações da pesquisa

A realização da presente pesquisa com o objetivo de analisar a relação entre custo por aluno e a qualidade da educação primária em Moçambique, utilizando a metodologia infra, teve algumas limitações, das quais as principais são arroladas na presente secção:

- Variáveis não mensuráveis: Existem várias facetas da qualidade da educação primária que podem ser difíceis de mensurar apenas com dados quantitativos, como a qualidade do ensino, a motivação dos professores ou o envolvimento dos pais, etc. Essas variáveis subjacentes podem

1. Chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclfeindmkaj/
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

2. <https://pp.nexojournal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2021/9-pontos-sobre-%E2%80%98custo-aluno-qualidade%E2%80%99-e-investimentos-em-educa%C3%A7%C3%A3o>

3. <https://en.unesco.org/gem-report/sites/gem-report/files/background%20paper%20-20costing%20education.pdf>

influenciar a relação entre custo por aluno e qualidade da educação, mas podem ser desafiadoras de serem capturadas em dados quantitativos. Por isso, foram de forma devidamente classificadas, aplicados métodos descritivos e qualitativos, em dosagens mínimas, por forma a evitar distorções ou conclusões com base intuitiva. Ademais, para essas situações o emprego de variáveis fictícias (variáveis dummy) foi considerado fundamental. Uma variável fictícia ou variável indicadora/dummy é uma variável artificial criada para representar um atributo com duas categorias/níveis distintas;

- Relação de causalidade: Embora a pesquisa possa identificar uma correlação entre custo por aluno e qualidade da educação primária, é importante ressaltar que a relação de causalidade pode ser complexa. Outros fatores, como infraestrutura escolar, formação de professores e políticas educacionais, também podem desempenhar um papel significativo na qualidade da educação;

- Contexto socioeconômico: A qualidade da educação pode ser influenciada por fatores socioeconômicos, como o rendimento das famílias, o acesso a recursos educacionais extraescolares e a disponibilidade de serviços sociais básicos, como água potável e saneamento. Esses fatores contextuais são levados em consideração ao interpretar os resultados da pesquisa;
- Limitações estatísticas: A pesquisa quantitativa está sujeita a várias limitações estatísticas, como amostragem enviesada, erro de medição, relatórios com pouca informação ou incompletos, e outras questões que podem afetar a confiabilidade e validade dos resultados estatísticos obtidos;
- Disponibilidade e qualidade dos dados: A qualidade e disponibilidade dos dados sobre custo por aluno e qualidade da educação podem ser limitadas em Moçambique. É necessário verificar se os dados estão completos, precisos e atualizados para garantir a validade dos resultados.



3. REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo compreende o arcabouço teórico sobre o custo e a qualidade da educação, de forma geral e de forma específica para Moçambique. Nesse sentido, todo o enquadramento conceptual sobre o custo, de forma geral e na educação, de forma específica e conceitos relacionados, assim como o conceito geral de qualidade e especificamente da qualidade de educação são tratados. Os componentes custos e de análise da qualidade de educação e as respectivas abordagens de análise são igualmente tratados nesse primeiro momento.

Num segundo momento, o capítulo faz um enquadramento sobre o setor de educação em Moçambique com foco nos principais indicadores e temas relacionados e, orientados para o custo e qualidade de educação em geral e em Moçambique. Finalmente, uma discussão sobre as evidências empíricas da relação custo-aluno e qualidade de educação, tanto no mundo como particularmente em Moçambique são tratados para apoiar a análise do custo-aluno e qualidade da educação em Moçambique.

A análise de custos no sector da educação e a respectiva qualidade tem bastante importância. Essa análise ajuda ao gestores verem de forma mais clara as diversas opções e compromissos disponíveis e avaliarem seus méritos relativos e viabilidade, revelando as possíveis vantagens da redistribuição de recursos limitados entre diferentes níveis e tipos de ensino, entre diferentes categorias de insumos e entre diferentes áreas geográficas (COOMBOS e HALLAK, 1987).

Alem disso, (COOMBOS e HALLAK, 1987), a análise de custos pode revelar sérios desperdícios e ineficiências internas e possíveis formas de eliminá-los e sugerir formas de aumentar a produtividade externa da educação e os benefícios de investimentos bem direcionados na educação que resultam para os indivíduos e para a sociedade, para além de ser uma ferramenta essencial para testar a viabilidade económica de planos educativos nacionais abrangentes, de planos de projetos específicos e de inovações propostas.

3.1. O Conceito de Custo e de Qualidade de Educação

O Custo-aluno de Educação

Antes de analisar os vários custos educacionais, é essencial compreender o conceito e os tipos de custos envolvidos na educação. Para harmonização do entendimento, busca-se distinguir os termos “despesas” e “custo”. Despesas com educação e custos com educação não são a mesma coisa, a informação sobre as despesas com a educação é mais facilmente acessível e está disponível nos orçamentos e contas dos governos, mas há uma tendência para utilizar os termos despesa e custo de forma interdependente.

Existe uma diferença entre os conceitos de custos e despesas na educação, embora em alguns casos são aplicados os conceitos de forma interdependente devido a perspectiva em que o custo com educação é tratado, para o indivíduo ou para o estado. Assim, em geral

de acordo com eGYANKOSH (2008)⁴, o custo de educação refere-se ao montante de dinheiro gasto para adquirir ou transmitir a educação, mas na perspectiva do indivíduo o custo de educação refere-se ao montante gasto num determinado período (um ano) para adquirir educação, enquanto na perspectiva do Estado o Custo de educação representa a despesa incorrida na educação durante um ano, portanto popularmente, o Custo de Educação refere-se ao custo por aluno pertencente a um determinado nível (primário, secundário, secundário superior ou universidade).

Em economia, o custo se refere ao custo de oportunidade que deriva do sacrifício incorrido em termos de recursos usados na produção de bens e serviços, custos esses expressos em termos monetários (porque temos sempre um comprador e um produtor) e em termos reais (o custo de oportunidade). entretanto, o produtor de educação pode ser o Governo, uma instituição (pública ou privada), um professor ou uma família, enquanto os consumidores de educação são os estudantes, as suas famílias que compram os serviços (EGYANKOSH, 2008).

O custo da educação refere-se à quantidade de dinheiro gasto para adquirir ou transmitir educação, sendo que do ponto de vista dos indivíduos, os custos referem-se à quantidade de dinheiro gasto durante um determinado período (geralmente um ano) para beneficiar de serviços de educação, mas do ponto de vista do Estado refere-se às despesas incorridas com educação durante um ano (LIBERMAN, 2021).

O termo “custo” refere-se ao custo por aluno pertencente a um determinado nível de ensino (primário, secundário ou universitário), podendo incluir despesas incorridas com salários de funcionários, equipamentos e edifícios, custos de manutenção, aquisição de livros e apetrechamento de biblioteca, desportos, etc., taxas escolares, custos de transporte e outros (LIBERMAN, 2021). Entretanto, para este, numa instituição de ensino, os componentes de custos incluem aqueles relacionados com alunos, professores e edifícios. Estes são levados em consideração para calcular o custo unitário da educação que podem ser classificados em custos recorrentes e custos de capital.

Classificação dos custos de educação

De modo geral, existem várias formas de expressar os custos na educação, sendo que os custos podem ser de três tipos: custos sociais, privados e de oportunidade.

Os custos sociais dizem respeito à sociedade e vão desde os salários dos professores até à renda imputada, enquanto que os custos privados incluem despesas incorridas por um aluno individual para se submeter ao processo de educação. Para o caso do custo de oportunidade na educação refere-se, por um lado, aos rendimentos renunciados por um aluno por não aderir a nenhum trabalho remunerado e, por outro lado, à perda de produção que teria sido produzida pelos insumos presentes no próximo melhor uso.

Para além destes, COOMBOS e HALLAK (1987) indicam ainda, os custos de recursos Vs. Custos monetários, Custo de factores, Custos correntes Vs. Custos de capital, despesas totais, preços constantes Vs. Correntes, Custos priva-

4. <https://egyankosh.ac.in/bitstream/123456789/42552/1/Unit-3.pdf>



dos Vs. Custos públicos e custo unitário como outras formas de expressar o custo na educação.

Entretanto, na perspectiva de Wills (2015), função de custos básicos para o ensino básico representa a soma de dois tipos de despesas, nomeadamente correntes e infra-estruturas, onde os custos recorrentes são calculados para o ensino pré-escolar, primário e secundário inferior e superior separadamente, incluindo estudantes públicos e privados (UNESCO model-2018 update), sendo a maior componente dos custos correntes, os cursos dos professores, enquanto que os custos de infraestrutura incluem as despesas para a construção de novas salas de aula, móveis e materiais reforçados, como quadros negros, e a manutenção das salas de aula existentes) são calculados da seguinte forma os custos da educação podem ser classificados em termos de custos correntes e de infraestruturas.

O conceito de qualidade de educação

Antes de partir para o conceito de qualidade da educação é necessário entender um pouco sobre os sistemas de educação, pois é na construção, desenho e operacionalização destes que se garante a qualidade de educação. Cinco (5) elementos característicos cruciais dos sistemas de educação devem ter para cumprirem com o seu desiderato, segundo COOMBOS e HALLAK (1987), compreendendo designadamente os objectivos, os resultados esperados, os benefícios gerados, os processos internos e os insumos necessários.

Entretanto, aqueles autores referem-se igualmente a questões importantes ligadas ao inter-relacionamento entre estes elementos, designadamente:

- i. A eficiência interna do sistema que tem que ver com a relação entre os resultados (realizações de aprendizagem) de um sistema (ou subsistema) e os insumos correspondentes necessários para criá-los, avaliados em termos de sua relação custo-benefício, medido pelos resultados imediatos do sistema, distintos de seus benefícios finais, e;
- ii. Produtividade externa relacionada com interna eficiência, que se refere à relação entre o custo de produção de resultados de aprendizagem (produtos) num determinado período, e os benefícios cumulativos (individuais e sociais, económicos e não económicos) que subsequentemente resultam desses resultados de aprendizagem durante um período mais longo.

O conceito de qualidade em si, é muito abstracto, assim como é complexo o conceito de qualidade de educação e cujo debate continua progredindo, segundo BARRETT et al (2006)⁵ e AMARAL et al (2016), embora amplamente aplicado no mundo do ensino não existe um entendimento comum do fenómeno pedagógico que o conceito carrega (RYZHOV et al, 2020)⁶, pois são vários os elementos a considerar quando se avalia a qualidade de educação.

5. https://www.edqual.org/publications/workingpaper/edqual-wp3.pdf/at_download/file.pdf

6. https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/pdf/2021/09/shsconf_ec2020_01013.pdf

Até porque o sistema de educação em si também é bastante complexo e está inserido em diferentes contextos político, social, cultural e econômico (UNICEF, 2000).

Entretanto, para LUONG e NIEKE (2014) uma nova abordagem de tratamento da qualidade de educação tem que ver com o reconhecimento que a educação proporciona aos indivíduos, que na perspectiva deles abarca a garantia de um status social igual e oportunidades de autorrealização para todos os alunos em escolas culturalmente diversas.

Assim, segundo a UNICEF, a qualidade de educação inclui:

- Alunos saudáveis, bem nutridos e prontos para participar e aprender, e apoiados na aprendizagem pelas suas famílias e comunidades;
- Ambientes saudáveis, seguros, protetores e sensíveis ao gênero (recursos e instalações adequados);
- Conteúdo que se reflecte em currículos e materiais relevantes para a aquisição de competências básicas (literacia, numeracia e competências para a vida), e conhecimentos em áreas como gênero, saúde, nutrição, prevenção do VIH/SIDA e paz;
- Professores formados que utilizam abordagens de ensino centradas na criança em salas de aula e escolas bem geridas e avaliações competentes para facilitar a aprendizagem e reduzir as disparidades;
- Resultados que abrangem conhecimentos, competências e atitudes e estão ligados

aos objectivos nacionais de educação e participação positiva na sociedade;

Para AMARAL et al (2016), a existência de uma ideia de um padrão de qualidade e de um custo-aluno qualidade, nacionais, se relaciona fortemente com um modelo de financiamento, com regras ainda a serem aperfeiçoadas e acordadas.

O foco da literatura sobre o qualidade de educação tem se concentrado na educação primária e, compreende duas abordagens para o entendimento sobre o conceito de qualidade de educação, nomeadamente a abordagem humanista ou progressista caracterizada por uma ampla preocupação com o desenvolvimento de toda a criança e com o desenvolvimento humano ou mudança social e, a abordagem economicista que se preocupa, em grande parte, com a eficiência e a eficácia e com a obtenção de resultados de aprendizagem (estritamente definido em termos de desempenho cognitivo) a um custo razoável (BARRETT et al, 2006).

No contexto nacional, o PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO (2020-2029) assume a qualidade da educação tendo em conta os resultados da aprendizagem e a respectiva correspondência no desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes. Por isso, este instrumento indica que essa qualidade na aprendizagem depende dos insumos (inputs) e os processos estabelecidos no sistema, nomeadamente, entre outros, os professores e outros profissionais da educação, o currículo e os materiais didáticos, a língua de ensino, as práticas e as metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem.



3.2. Custo por Aluno e Seus Componentes

Os profissionais de planificação no sector da educação devem estar aptos para fazerem projecções realísticas sobre os custos futuros de educação, mas também das receitas prováveis de serem arrecadadas e disponibilizadas para cobrirem esses custos, esforçando-se para entender profundamente os factores que os influenciam, assim como o comportamento que os custos e receitas tomam em condições de mudança e, a medida em que podem controlá-los (COOMBOS e HALLAK, 1987).

Assim, antes de passar para os determinantes dos custos na educação é preciso entender os determinantes das receitas, que segundo estes autores, os mais complexos compreendem: (1) a taxa de inflação, (2) as exigências concorrentes de outros serviços públicos, (3) a taxa de crescimento da economia nacional, (4) a natureza do sistema fiscal e a diversidade e elasticidade das receitas educacionais, (5) os altos e baixos do comércio externo, e (6) no caso dos países em desenvolvimento, a disponibilidade de assistência externa. Portanto, as fontes de recursos e o ambiente macroeconómico do país são relevantes para entender os custos no sector da educação.

Determinantes dos custos educacionais

O conhecimento dos principais determinantes dos custos educacionais é essencial para a melhoria do nível de educação. O custo de um plano educacional ou de inovação é muitas vezes expresso em termos de seu custo total para indicar o valor do total de recursos a ele destinados. Mas para fins de diagnósticos e de avaliação, o custo unitário constitui

um indicador importante, pois ele representa o custo por unidade educacional, incluindo o custo por aluno, o custo por escola, custo por professor, etc., são os indicadores adequados (EGYANKOSH, 2008).

Entretanto, na perspectiva EGYANKOSH (2008) e da OECD (2023) a educação tem vários resultados medidos de forma variada em termos do desempenho dos alunos, do número de alunos aprovados e assim por diante. Por isso, para estimar o custo unitário deve-se tomar o devido cuidado para evitar ambiguidade, por exemplo, o custo por aluno pode implicar: a) custo por aluno matriculado; b) custo por aluno efectivamente frequentando a escola, ou; c) o custo por aluno que concluiu com êxito um determinado nível de ensino.

Os custos educacionais podem ser divididos em três categorias, nomeadamente aqueles relacionados aos alunos, os relacionados aos professores e aqueles relacionados a edifícios e equipamentos. Mas, é provável que os custos unitários aumentem devido a alterações no nível de preços, aumento da população estudantil, aumento dos padrões educacionais, demanda por educação, bem como a pressão para aumentar o nível de idade escolar. Por isso é essencial desagregar as despesas com a educação, tanto por parte instituições governamentais e privadas, em diferentes componentes, como recuperação de despesas e despesas de capital.

Do conceito do custo corrente que sugere que ocorre regularmente num determinado período, e o das despesas/custos de capital que representam investimentos dependem do nível e da estrutura dos salários dos professores, do rácio médio aluno-professor em cada ní-

vel, dos custos não salariais da educação e, do custo de capital para edifícios e outros equipamentos.

Sobre os custos educacionais existem evidências que têm identificado certos padrões de comportamento de custos educacionais. Pode-se notar que o custo total aumenta com o aumento do número de alunos, professores e instituições, enquanto o custo unitário, por outro lado, pode aumentar, diminuir ou permanecer constante à medida que a expansão ocorre.

Assim, para estudar o comportamento dos custos de educação, pode-se calcular em diferentes dimensões: Custo por nível (como ensino primário, secundário, superior, etc.); custo por região (como rural e urbano); Custo total; Custo unitário; Custos fixos e variáveis; e Custos médios e marginais.

Entretanto, deve-se se fazer uma distinção importante entre custos orçamentais (que se reflectem no orçamento da educação e nas contas financeiras) e custos de oportunidade ou de sacrifício (que reflectem os verdadeiros custos para a economia dos recursos humanos e materiais utilizados pela educação, medidos em termos do valor que representariam ter nos melhores usos alternativos), mas nesta perspectiva do custo-aluno e qualidade da educação valerá a pena concentrar, segundo COOMBOS e HALLAK (1987) custos e despesas orçamentais e, entre outros, os seus determinantes mais importantes, nomeadamente: (1) o crescimento da procura educativa, (2) as tecnologias educativas utilizadas, (3) a estrutura salarial dos professores, (4) as taxas de abandono e repetência, (5) taxas de utilização e (6) forças de mercado.

No caso da OECD (2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023) mostra que as despesas por estudante numa instituição de ensino são influenciadas pelos salários dos professores, pelos sistemas de pensões, pelas horas de instrução e ensino, pelo custo dos materiais e instalações pedagógicas e o número de alunos matriculados no sistema educativo e, em alguns países, as despesas com serviços auxiliares e de pesquisa e desenvolvimento também podem ter grande influência nas despesas por estudante, assim como as políticas para atrair novos professores, reduzir o tamanho médio das turmas ou alterar os padrões de pessoal também afectaram as despesas por aluno.

Os Patamares (Thresholds) de Custos-Aluno de referência (Benchmarks) para Qualidade de Educação

O financiamento da educação precisa ser expandido para garantir gastos per capita suficientes para cumprir as metas nacionais de educação, principalmente em alguns Países de Baixa Renda (PBR) que podem estar presos em armadilhas caracterizadas por gastos baixos e aprendizagem muito baixa, pois muitos deles gastam muito pouco para financiar insumos necessários para uma provisão de serviços educacionais efectivos (OECD, 2023; WORLD BANK, 2023), mas despesas adicionais na educação não levam a melhores resultados na aprendizagem de forma automática, pois estes recursos precisam financiar para além de insumos, os processos que fazem parte de um pacote integrado e complementares, uma vez que em muitos dos PBR's e Países de Media Baixa Renda (PBMR's) são necessárias melhorias, tanto nos níveis como na eficiência das despesas com educação para alcançar os objectivos da aprendizagem, com foco na equida-



de e nas estratégias fiscais de financiamento sustentáveis (WORLD BANK, 2023). Entretanto, dada a variação nas características entre países, os benchmarks internacionais comuns sobre as despesas com a educação não devem ser utilizados de forma determinística para avaliar a adequação do financiamento.

Os Custos por aluno de referência vão diferir em função das características de rendimento dos países, mas, de acordo com a OECD (2023; 2017) e WORLD BANK (2023), essas grandes diferenças ultrapassam as diferenças nos padrões de vida dos países e nos custos de prestação de serviços educativos. Assim, a Despesa por Criança em Idade Escolar é, em média de USD 53 (3.339MT) nos PBR, USD318 (20.034MT) nos PBMR, USD 980 (61.740MT) nos Países de Rendimento Medio Alto (PRMA) e USD 7.800 (491.400MT) nos Países de Alto Rendimento (PAR) (WORLD BANK, 2023).

Os outros parâmetros de referencia internacionais comuns em matérias de despesas com educação (acordado em 2015 como parte da Declaração de Incheon⁷ sobre Educação 2030) tem que ver com os gastos com percentagem do PIB, que se situa entre 4% e 6%, e as despesas com educação como percentagem dos gastos do Governo que esta definida entre 15% e 20%, os quais muitos PBR e PRMB que cumprem, mas ainda assim gastam muito pouco por criança em idade escolar devido aos seus pequenos orçamentos estatais e às grandes populações jovens. Por isso se reconhece a aplicação de acordo também com o contexto nacional.

Entretanto, outros indicadores podem ser não acurados, por expressarem o custo unitário da prestação do serviço entregue a população, nomeadamente, os Gastos por criança em idade escolar, que variam entre países de acordo com o tamanho e à densidade da população jovem, aos custos e à disponibilidade de insumos educacionais e a outros fatores. A OECD compõe um dos grupos de países de que importa explorar os limites e parâmetros relacionados aos gastos com educação por aluno, os quais garantem a qualidade de educação e alcance dos objectivos educacionais nacionais.

O financiamento adequado é uma condição prévia para proporcionar uma educação de alta qualidade, sendo que a maioria dos países da OCDE investe entre 3-4% do seu PIB no ensino primário e secundário, aumentando para pelo menos 5% do PIB na Colômbia e em Israel, mas em contrapartida, alguns países investem menos de 3% do PIB no ensino primário e secundário. Mas este indicador não reflecte os recursos efectivamente disponíveis para o sector, por isso, em termos de gastos, a Colômbia, o México e a Turquia gastam anualmente menos de USD 5.000 (315.000MT) por estudante, enquanto o Luxemburgo gasta quase USD 25.000 (1.572.000MT) (OECD, 2023).

No entanto, segundo a OECD existem diferenças significativas nas despesas por estudante por tipo de programa nestes países, sendo em média, USD 11.400 (718.200MT) por aluno anualmente no ensino secundário superior geral, enquanto no ensino secundário superior profissional é de USD 13.200 (831.600MT) devido aos custos de equipamento e infra-estruturas especializadas que são necessárias nos programas de ensino profissional.

7. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por

Olhando para cada nível de ensino, nos países da OCDE, em 2020 a despesa anual média por estudante rondava os USD 10.700 (674.100MT) no nível primário, USD 11.900 (aproximadamente 749.700MT) no nível secundário e USD 18.100 (1.140.300MT) no nível superior, refletindo o facto de que níveis de ensino mais elevados exigem frequentemente que os professores tenham qualificações mais avançadas e conhecimentos especializados, que são geralmente acompanhados de salários mais elevados (OECD, 2023).

Ainda na perspectiva da OECD (2023), embora a média de despesas por estudante seja de USD 12.500 (787.500MT) desde o ensino primário ao superior, entretanto essa média vai camuflar as amplas diferenças entre países, assim como no que respeita as disparidades em termos de níveis de ensino. Por exemplo, os gastos anuais por estudante variaram entre USD 3.200 (201.600MT) no México e USD 4.500 (283.500MT) dólares na Colômbia, até mais de USD 26.800 (1.688.400MT) no Luxemburgo (OECD, 2023).

3.3. Evidências Empíricas: A relação Custo-Aluno e Qualidade da Educação

Esta secção complementa a revisão teórica, fazendo uma abordagem sobre o estado da arte e os resultados de estudos, análises e os exercícios de estudos que trataram da relação existente entre o indicador custo aluno e os seus efeitos, ou quiçá impactos na qualidade de educação e vice-versa. Nessas evidências, as experiências internacionais, regionais (continentais e de nível de bloco) e nacionais são exploradas para entender como esta relação se configura.

O contexto no Mundo

Há um consenso de que muitos PBR e PRMB não priorizaram os gastos com educação com o início da COVID-19, e até reduziram as suas despesas anuais com a educação em 2020 em 28%, tendo recuperado em 2021, no entanto até 2022 permaneceu abaixo do seu valor antes da 2019. Entretanto, muitos Países de Renda Alta (PRA) protegeram as acções educativas durante esse período e alguns até aumentaram os recursos especificamente para a recuperação da aprendizagem (WORLD BANK, 2023)

No seu estudo de 2023, o Banco Mundial constatou que embora mais despesas com a educação não conduzam necessariamente a melhores resultados educativos, os principais resultados, como a “Pobreza de Aprendizagem”⁸ e os Anos de Escolaridade Ajustados à Aprendizagem (LAY’s)⁹ são piores nos países que gastam menos por criança em idade de frequentar o ensino primário e secundário.

Entretanto, níveis muito elevados de pobreza de aprendizagem e LAY’s muito baixos são acompanhados de níveis muito baixos de despesas por criança, havendo necessidade, nestes países, de mais gastos para financiar adequadamente os insumos essenciais necessários para garantir a prestação eficaz de serviços educativos e desbloquear o progresso na aprendizagem fundamental (WORLD BANK,

8. A pobreza de aprendizagem é a percentagem de crianças incapazes de ler e compreender um texto simples aos 10 anos de idade.

9. Os LAYs são calculados multiplicando os anos de escolaridade esperados estimados pelo rácio das pontuações dos testes harmonizados mais recentes para 625 na base de dados do Índice de Capital Humano (2020).



2023). Para níveis mais elevados de despesa, a correlação entre a despesa e os resultados da educação é mais fraca. Alguns países (principalmente PRM e alguns PBR) têm resultados educativos muito piores do que os de outros países com despesas por criança semelhantes.

A OECD publica anualmente um relatório de estatísticas e o estado da educação dos países membro que espelha, segundo a OECD (2023) substancialmente a condição de educação no mundo. Trata-se do “Education at a Glance”, na qual se reserva um capítulo que trata dos recursos financeiros alocados a educação, incluindo o uma análise do indicador e suas desagregações, relativos ao gasto por estudante, tendo em conta a necessidade do acesso a oportunidades educacionais e de proporcionar educação de alta qualidade pelo sistema educacional. Uma análise de indicadores de qualidade da educação é também tratada, não somente para o caso da educação básica e geral, mas igualmente para o ensino profissional ou vocacional.

Sobre a qualidade de educação nos países da OECD vale a pena referir que para a idade pré-escolar, nas crianças abaixo de 2 anos tem uma taxa de matrícula muito baixa (18% e de 43% entre os dois anos em 2022), embora a situação seja significativamente variável, sendo que em alguns países tenham alcançado 90% enquanto outros ficaram em um dígito. Quando se trata de crianças que alcançaram 3 anos a média de matrícula aumenta significativamente (para 73%), prevaleceram poucos países com taxas a níveis de um dígito, sendo que no caso da população mais jovens (25-34 anos) e para o ensino superior a proporção dos que não completaram este nível era alta (14%) em 2022, embora represente uma melho-

ria significativa comparado aos níveis de 2015 (18%), adicionado ao facto de actualmente a taxa de conclusão do nível superior seja de 77% no tempo previsto, os outros 10% nos dois anos seguintes (OECD, 2023). Estas estatísticas mostram um nível a baixo de conclusão quando se trata do ensino vocacional (62%).

Em relação as diferenças de acordo com os níveis de educação e os níveis de gastos por aluno, o contraste pode ser atribuído às disparidades de rendimentos nacionais (PIB) e de riqueza dos países, em que, por exemplo, no Luxemburgo (com rendimentos alto), baixos rácios de estudantes em relação ao pessoal docente e os elevados salários dos professores nos níveis primário e secundário reflectem-se em elevados níveis de despesa por aluno, mas em contraste, a Colômbia (de rendimentos e níveis de riqueza baixos) tem um dos rácios mais elevados de estudantes em relação ao corpo docente, o que tende a reduzir os custos por aluno (OECD, 2023).

A aplicação da abordagem sobre custo-aluno e qualidade de educação é bastante tradicional, ampla e diversa no Brasil, sendo que as razões para a aplicação incluem desde a necessidade de introdução de mecanismos mais eficiente de alocação de recursos para uma educação de qualidade, até ao ponto de resolver problemas específicos (de grupos e regiões, estados ou áreas de residência) para entender os desafios quanto as necessidades de recursos para o alcance de uma qualidade desejada de educação para a população, assim como para fazer comparações e influencia medidas do sector tendo em conta as evidências de estudos conduzidos nessas abordagens.

CONCEIÇÃO et al (2011) realizaram uma refle-

xão com base na pesquisa bibliográfica e teórica para o XVIII Congresso Brasileiro de Custos acerca do processo de financiamento da educação básica, envolvendo seu contexto histórico, arranjo normativo e a política de constituição de fundos (FUNDEB) vigentes a partir de 2006 em contraposição ao conceito do Custo-Aluno-Qualidade. O objectivo era de perceber em que medida as diferenças nessas praticas de financiamento contribuem para assegurar qualidade no ensino público voltado a educação básica, assumindo a redução do apoio federativo, tendo constatado haver uma tensão na concepção do conceito de qualidade no âmbito educacional frente o dilema metodológico entre o gasto-aluno e o custo-aluno-qualidade.

No contexto das condições dos movimentos a favor das reformas agrarias no Estado de São Paulo no Brasil e aumento do interesse nas políticas de educação, SILVA e PINTO (2014) levaram a cabo a identificação das demandas de melhoria escolar e obter o custo-aluno opara esse propósito, tendo em conta as perspectivas dos profissionais da equipe escolar e, notaram a necessidade de mais investimentos nos salários dos professores e profissionais da escola e de ampliar os recursos disponibilizados pelo FUNDEB para que seja possível se obter uma escola do campo com condições de oferta de um ensino de qualidade poi os valores identificados, tanto pelos professores como pelos funcionários de escola estiveram bem acima dos recursos alocados pelo FUNDEB aloca por aluno para estas regiões rurais.

Uma metodologia para a determinação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) na educação básica brasileira foi realizado sob liderança da Ação Educativa e da Campanha pelo Direito à

Educação (Campanha) ao tentar definir os insumos que uma escola deve possuir para que ela seja considerada uma escola de qualidade (CARREIRA, 2007; PINTO, 2006). Baseando-se nesses conceitos a Campanha, auscultando atores da sociedade, pesquisadores e também atores de governo em oficinas, definiu quatro categorias de insumos para a escola: “os relacionados à estrutura e funcionamento, às trabalhadoras e aos trabalhadores em educação, à gestão democrática e aqueles relacionados ao acesso e à permanência na escola.” (CARREIRA e PINTO, 2007, p. 28).

Na África

EKPIKEN (2013) explorou custo unitário da educação como um determinante do desempenho de aprendizagem dos alunos nas universidades do Estado de Cross River, na Nigéria, tendo, em geral constatado que o custo variável unitário da educação varia com as mudanças no número de matrículas de alunos e é uma boa medida do custo efetivo da educação e, de forma especifica, o custo unitário do pessoal acadêmico e não acadêmico não poderia determinar a magnitude do desempenho acadêmico dos alunos no universidades estudadas o que permitiu concluir que o pessoal qualificado, embora necessário, não era condição suficiente para garantir melhores resultados de aprendizagem.

Entretanto, quando se avalia o desempenho dos países em termos dos indicadores de qualidade de educação, nomeadamente a pobreza de aprendizagem e os LAY's, tendo como base os gastos por criança na idade escolar na africa é importante referir sobre o caso da Africa do Sul em comparação a outros países africanos. Este país, um PRMA, gastou quase USD



2.400 PPP (Paridade de Poder de Compra, do inglês Purchase Parity Power) por criança em idade de frequentar a ensino primário durante o período 2015-2019 e alcançou um nível taxa de pobreza de aprendizagem de 79% por cento (semelhante à Guiné, muito mais pobre, que gastou apenas USD 144 PPP por criança), podendo observar-se casos contrastantes igualmente na relação entre os anos de escolaridade ajustados à aprendizagem e as despesas por criança no ensino primário e secundário.

Custo-Aluno e Qualidade na Educação: Uma Perspectiva da Sociedade Civil

A busca pela qualidade na educação é uma preocupação global e um objetivo fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das sociedades. A UNICEF, em sua missão de promover os direitos das crianças e adolescentes, enfatiza a importância do financiamento adequado e eficaz para alcançar essa qualidade educacional. Neste capítulo, examinaremos como o custo-aluno está intrinsecamente ligado à qualidade da educação, a partir da perspectiva da sociedade civil, com base nos dados fornecidos pela UNICEF e pelo MEPT.

Os gastos anuais por estudante variaram entre cerca de USD 3.200 dólares no México e 4.500 dólares na Colômbia, até mais de 26.800 dólares no Luxemburgo. Para uma avaliação da qualidade da educação deve se ter em conta o lado da oferta para a provisão de serviços (na responsabilidade do Governo e das instituições privadas de ensino no país), mas também do lado da demanda que tem que ver com o tecido social que procura educação, isto é, os pais e encarregados de educação (

a capacidade aquisitiva das pessoas em relação aos encargos inerentes a educação, a todos os níveis, tendo em conta as necessidade de meios e recursos para aceder e beneficiar dos processos de aprendizagens adequados e que permita adquirir competências para enfrentar não somente os desafios sociais mas igualmente os desafios de mercado. Trata-se da eficiência interna do SNE.

Entretanto, segundo MINEDH (2020), para Moçambique há indícios de fraca eficiência externa e pouca relevância do subsistema do EP, ES e pré-escolar para responder às necessidades do mercado de trabalho, mas no subsistema de Educação de Adultos também se encontram dificuldades no desenvolvimento de conteúdos relevantes, o que se traduz numa reduzida valorização e demanda de parte dos jovens e adultos que não participam no Subsistema de Educação Geral.

Custo-Aluno e Formação de Professores

Uma das áreas-chave para a qualidade da educação é a formação de professores. A UNICEF nos apresenta dados reveladores, indicando que o custo para proporcionar a um professor uma formação de alta qualidade, com duração de dois dias em desenvolvimento de materiais de baixo custo, é de aproximadamente 116 dólares americanos. Esse valor engloba não apenas o treinamento em si, mas também fatores essenciais, como transporte, alojamento, alimentação, materiais didáticos e aulas.

Aqui, observa-se o comprometimento da sociedade civil em garantir que os professores e professoras estejam bem preparados para desempenharem o seu papel de ensino na sala

de aula. Ao investir nesse treinamento ou em outros similares, a sociedade civil busca melhorar a qualidade da instrução e, consequentemente, a aprendizagem dos alunos.

Gestão Escolar e o Papel dos Diretores

Outro aspecto fundamental na busca pela qualidade da educação é a gestão escolar eficaz. Os diretores das escolas desempenham um papel crucial na organização e no funcionamento adequado das instituições de ensino.

A UNICEF indica que o custo para fornecer uma formação em tempo integral de um mês para diretores de escolas sobre a gestão escolar é de cerca de 900 dólares americanos. Esse custo inclui não apenas a capacitação em si, mas também transporte, alojamento, refeições, materiais educacionais e sessões de aprendizagem.

A sociedade civil que tem levado a cabo diversas ações de capacitação de gestores escolares, reconhece que diretores bem treinados podem criar um ambiente escolar propício a aprendizagem, o que beneficia os alunos. Portanto, esses investimentos visam capacitar os gestores escolares para tomarem decisões in-

formadas e eficazes em prol da qualidade da educação.

Envolvimento da Comunidade e do Conselho de Escola

A participação ativa da comunidade e do conselho de escola é essencial para o sucesso do sistema educacional. A UNICEF revela que o custo para fornecer uma formação de três dias a um membro do conselho de escola em matéria de elaboração de kits do conselho de escola é de aproximadamente 120 dólares americanos. Isso inclui todas as refeições, materiais educacionais e apoio regular para atividades como processos eleitorais, deveres, funções e responsabilidades.

A sociedade civil compreende que o envolvimento da comunidade e do conselho de escola é vital para garantir que as escolas atendam às necessidades locais e que problemas como o absentismo de professores e alunos sejam abordados de maneira eficaz. Esses investimentos buscam fortalecer a parceria entre a escola e a comunidade, promovendo assim uma educação de qualidade e inclusiva.



4. O CUSTO POR ALUNO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Esta secção discute a abordagem do indicador custo aluno em relação aos indicadores de qualidade de educação para entender os paralelismos estabelecidos entre eles. A discussão permite explicar as condições e em que medida o custo por aluno está relacionado com a qualidade da educação e vice-versa. Na primeira parte, a secção faz o enquadramento do sector de educação em Moçambique, incluindo a discussão de indicadores socioeconómicos relacionados, indicadores de acesso e de qualidade de educação e sobre o financiamento ao sector de educação.

Na segunda parte, a partir de indicadores e variáveis seleccionados, se estabelece o paralelismo entre as duas variáveis, incluindo uma discussão sobre os limiares e custos de referência e os indicadores do custo aluno em Moçambique e a qualidade de educação. Numa última fase, uma discussão sobre os desafios para a melhoria da qualidade de educação em Moçambique é feita.

4.1. Enquadramento do Sector de Educação em Moçambique

O contexto socioeconómico e político e o sector da educação

O contexto em que o país evoluiu relativamente não só à educação, mas em termos socioeconómicos é a herança, com a independência em 1975, de um nível de analfabetismo muito alto (93%) agravado entre as mulheres (relacionado com a pobreza com impacto significativo na educação das crianças, uma vez

que as mulheres assumem, maioritariamente essa responsabilidade), associado a acentuadas desigualdades socioeconómicas, sendo essa condição exacerbada, não somente pelas escolhas políticas da época, como devido às consequências da guerra civil que iniciou pouco depois a celebração da independência, conflito esse que destruiu infra-estruturas e o tecido económico e sociais (MINEDH, 2020), incluindo no sector de educação (INE, 2021).

Entretanto, o país experimentou períodos de evolução cíclica, nomeadamente com a paz alcançada nos acordos de paz de Roma em 1992 (MINEDH, 2020), nomeadamente com a estabilização, a consolidação da paz e a abertura da economia que resultaram num crescimento rápido (7% segundo o Banco Mundial (2018a)), e mais tarde, segundo o MINEDH (2020) a partir de 2015, com registo de um abrandamento do crescimento económico como resultado do peso da dívida económica, da redução drástica da ajuda externa, da deterioração dos preços das matérias primas e ainda dos efeitos dos desastres naturais, que vem afectando cíclicamente o país. Hoje, Moçambique continua a ser um país com menor índice de desenvolvimento humano, incluindo em relação à pobreza (PNUD, 2022).

Nos últimos anos registaram-se avanços importantes no sector de educação nomeadamente com:

- O estabelecimento da Educação Pré-Escolar como um subsistema de Educação;
- A melhoria da equidade no acesso e participação na educação, com enfoque para a rapariga;

- O aumento do número de escolas, e;
- A melhoria na aprendizagem de jovens e adultos com um aproveitamento de cerca de 67%, na disciplina de literacia e 70% na de numeracia.

Apesar dos progressos alcançados nestas áreas, persistem desafios:

- Na expansão do sistema educativo de qualidade em todos os níveis, com particular realce para o Pré-escolar e o nível Pós-Primário;
- Formação e colocação de formadores e professores para a eficaz implementação curricular, incluindo a nível da modalidade de Ensino Bilingue;
- A produção e distribuição de materiais didáticos, o controlo dos níveis de absentismo de professores e directores de escola, que revelam impacto negativo na aprendizagem dos alunos;
- Elevadas taxas de desistência e reprovação, com atenção especial às disparidades geográficas, a nível da participação e taxas de conclusão no ES2;
- A necessidade de mais professores e mais salas de aulas para o ES1, tendo em conta o alargamento da escolaridade obrigatória para 9 classes, e a respectiva possibilidade de se utilizarem as escolas primárias para o Ensino Secundário básico e;
- Fortalecimento da capacidade administrativa e institucional para melhorar a gestão do Sistema Nacional de Educação (SNE) e responder aos desafios da descentralização.

O diagnóstico do Plano Estratégico da Educação (2020-2029), os progressos e desafios do sistema nacional de educação compreendem:

Na área de acesso, participação, retenção e equidade

Progressos

- Promoção da equidade no acesso e participação na educação - enfoque para a rapariga
- Estabelecimento da Educação Pré-Escolar como um subsistema, aumento do respectivo financiamento (de 0.003%-0.04% entre 2013 e 2018);
- Duplicação do efectivo do ensino primário entre 2004-2018 e aumento no Ensino Secundário (entre 2008-2017) fruto de uma alta taxa de conclusão no EP e abertura de mais escolas;
- Aumentou do número de professores no Ensino Secundário, nos últimos sete anos.

Desafios

- Expandir o sistema educativo em todos os níveis com foco no Pós-primário e aumento da taxa de matrícula no ensino pré-escolar;
- Reduzir as taxas de desistência e de reprovação, com atenção especial à equidade geográfica e de género (raparigas) no EP e expandir a a frequência, a conclusão dentro do período certo e aumentar as taxas de conclusão no ES;
- Melhoria da aprendizagem dos alunos com o aumento dos professores;



- Aumentar a participação de mulheres e raparigas em todos os subsistemas.

Na componente de qualidade e eficiência externa do sistema

Progressos

- Há mais professores com acesso às acções de formação psicopedagógica nos diferentes níveis;
- Aumento da frequência dos adultos aos programas de Educação de adulto e de competências básicas (67% na disciplina literacia e 70% na de numeracia).

Desafios

- Reduzir as disparidades em termos de infra-estruturas escolares, professores e recursos;
- Atingir a equidade na distribuição de professores (a todos os Níveis, sua formação, assiduidade e ausências nas salas de aulas) e nas taxas de aproveitamento e conclusão dos alunos;
- Formação e colocação de formadores e professores para o Ensino Bilingue, a produção e distribuição dos materiais e a sensibilização das comunidades sobre a importância do Ensino Bilingue.

Na componente da governação

Progressos

- Aumento da tomada de decisões e da gestão descentralizada a nível provincial e distrital, assim como um aumento da capacidade humana, material e financeira a estes níveis;

- Reformas e estratégias articuladas - Alocação de recursos pelo governo entre 18 e 22% do total da despesa pública ao sector da Educação - compromisso de Dakar (EFA - 20%) e e da SADC (22%);

- O papel das pesquisas para informarem o desenho de políticas, incluindo programas piloto e de prontidão para o desenvolvimento da criança, e uso de estatísticas para a tomada de decisão, incluindo a descentralização;
- Introdução de novos dispositivos legais para orientar a implementação de reformas no SNE.

Desafios

- Garantir escolas seguras e atractivas para os alunos, melhorando a coordenação e trabalho integrado com foco na Saúde, do Género, Criança e Acção Social, Obras Públicas e Recursos Hídricos;
- Redução do impacto das emergências, através do reforço dos mecanismos de governação e gestão do SNE
- Assegurar mudanças nos valores e atitudes do pessoal da escola, transformando-a num verdadeiro centro de educação e formação.
- Mecanismos de gestão para prestar maior atenção às necessidades específicas das raparigas, em todos os planos do Sector.

Indicadores de Acesso a educação básica em Moçambique

O acesso a educação primária em Moçambique regista uma evolução positiva, embora que termos líquidos a taxa de matrículas atin-

ge cerca de 94% em 2018 e a taxa bruta ultrapassando os 100%, nível esse que revela um número de matriculados neste nível, com idades acima da idade escolar em Moçambique.

No nível de educação primária, a paridade de género evolui lentamente, mas os dados sugerem ainda uma disparidade de género em favor dos rapazes com um Índice de Paridade de Género (IPG, do Inglês GPI - Gender Parity Index)¹⁰ máximo de 0.94 em 2020 e mínimo

de 0.88 em 2010, claramente fora do intervalo recomendado (0.97-1.03).

A participação das instituições de ensino privado baixo, não ultrapassando os 2% ao longo dos 10 anos, incluindo em termos brutos. O sector do ensino privado ela apresentou um comportamento cíclico ao longo do período de 2010-2020, tendo seu máximo (13.3%) se registado em 2017, segundo os dados disponíveis. O gráfico da figura a seguir ilustra este panorama.

10. Um IPG entre 0,97 e 1,03 indica paridade entre os sexos. Um IPG abaixo de 0,97 indica uma disparidade a favor dos homens. Um IPG acima de 1,03 indica uma disparidade a favor das mulheres.

<https://learningportal.iiep.unesco.org/en/glossary/gender-parity-index-gpi>

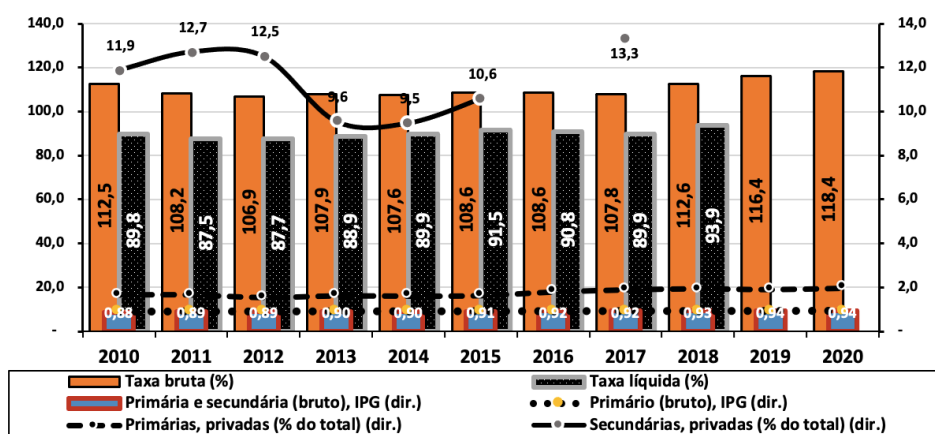


Figura 1: Evolução da Taxa de Matrícula no Ensino Primário (2010-2020)

Fonte: Banco Mundial, 2023; World Development Indicators (19/09/2023)



Em geral, durante o período (2010-2020), o acesso ao ensino médio e superior cresceu, mas com uma cobertura muito baixa, com um máximo de apenas 39% (2020) em termos brutos e líquidos (20.3% em 2014). Entretanto, em termos de paridade de género no ensino me-

dio houve também uma evolução positiva, tendo sido atingida a paridade desde 2018 (com o IPG máximo de 0.98). Para o ensino superior, a situação de acesso foi ainda pior (com taxas não superiores a 7.3% em 2018).

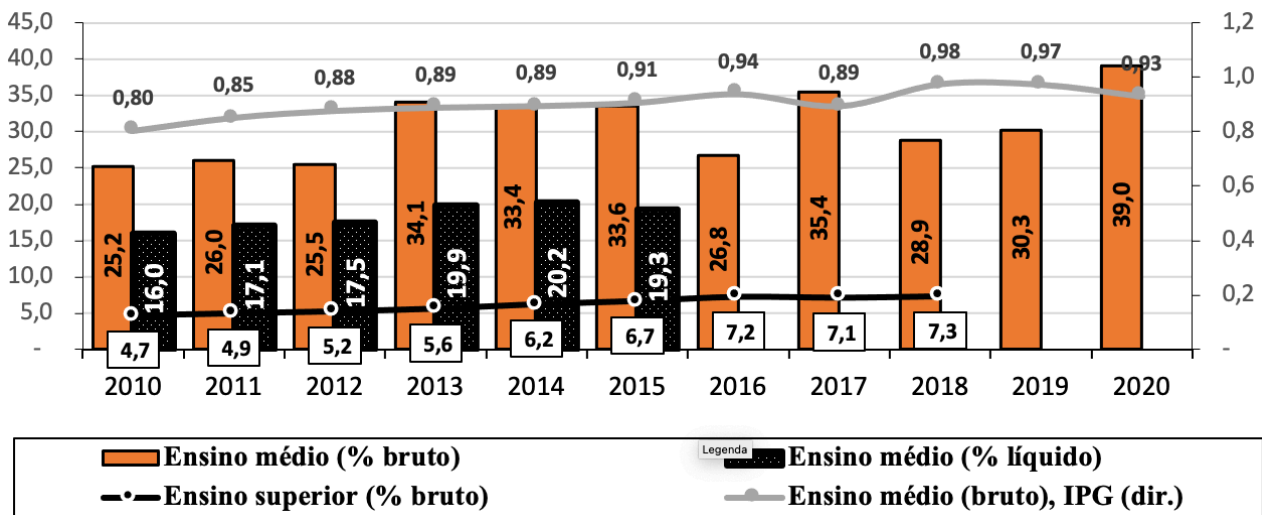


Figura 2: Evolução da Taxa de Matrícula no Ensino Secundário e Superior (2010-2020)

Fonte: Banco Mundial, 2023; World Development Indicators (19/09/2023)

Indicadores de qualidade da educação básica em Moçambique

Em termos de qualidade de ensino nota-se uma evolução positiva tanto para o ensino primário como para o ensino secundário, embora ainda em níveis baixos. O ensino secundário apresenta um nível de sucesso mais elevado (73.9% de máximo em 2015) que no ensino primário, o qual não ultrapassou os 58.2% ao longo do período.

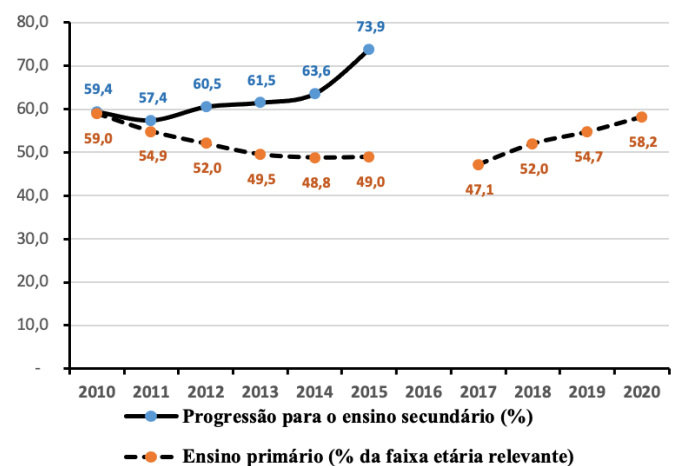


Figura 3: Evolução da Taxa de Conclusão do Ensino Primário e Secundário em Moçambique (2010-2020)

Fonte: Banco Mundial, 2023; World Development Indicators (19/09/2023)

A qualificação dos professores representa um elemento importante para a qualidade de ensino. Durante o período de 2010 -2020, a % de professores treinados evoluiu positivamente, tendo igualmente registado níveis altos, com

um máximo de 98.4% para ensino primário e 97.3% para ensino secundário, em 2020. Para o ensino secundário dos níveis básico e médio o rácio de professores formados evoluiu e a níveis altos.

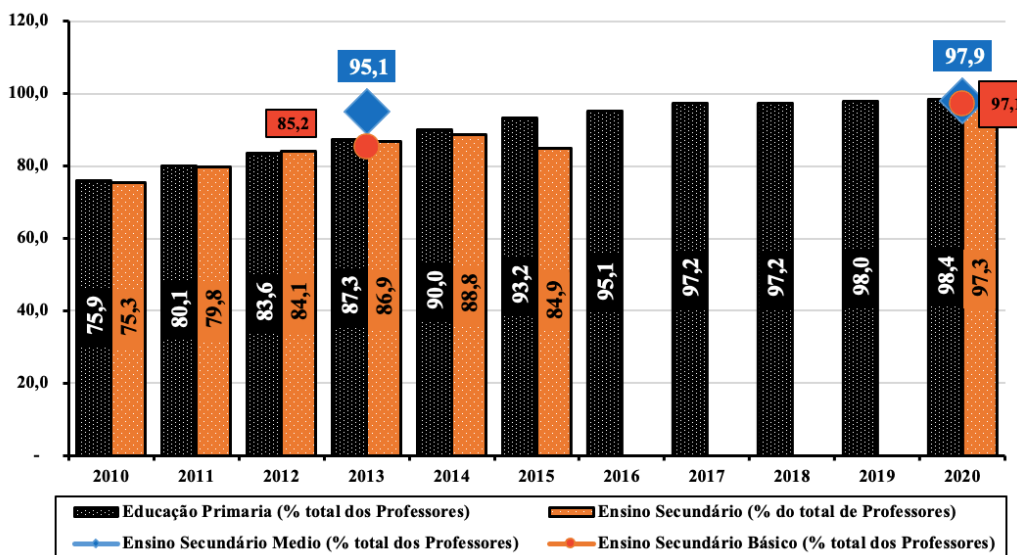


Figura 4: Evolução da Formação de Professores por Níveis de Ensino

Fonte: Banco Mundial, 2023; World Development Indicators (19/09/2023)

Como indica o gráfico abaixo, Nampula apresenta o maior rácio alunos/professor com 72 alunos para 1 professor em média, seguido de Zambézia, Niassa, Cabo Delgado e Tete. O rácio mais baixo se encontra na província de Inhambane com 41,1 alunos/professor em média, uma diferença de 31 alunos em relação a Nampula. Segue-se a província de Gaza que se encontra com perto de 40 alunos por professor.

Segundo a UNICEF (2019)¹¹, o rácio de alunos por professor deve ser classificado em função nível de rendimento de cada país, sendo se fixando como mais baixo nos países de rendimento alto (14 para 1), médio-alto (17 para 1) e médio-baixo (20 para 1) e nos países de baixo rendimento como é o caso de Moçambique, este deve-se fixar em 34 alunos para cada professor.

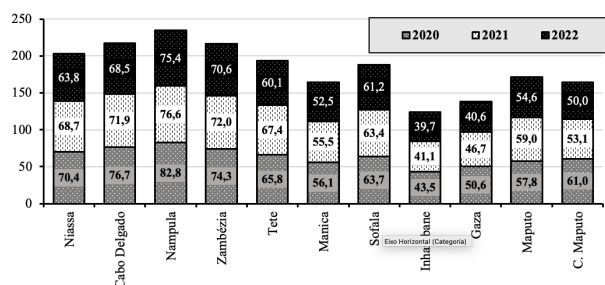


Figura 5: Rácio Aluno-Professor (2020-2022) por Província
Fonte: Elaborado pelo autor – adaptado de UNICEF (2019)

De uma forma geral, não obstante o facto deste rácio estar muito acima do limiar, observa-se uma tendência de melhoria ao longo do período em análise.

11. <https://www.unicef.org/media/57781/file/Um-mundo-pronto-para-aprender-2019.pdf>



Infraestrutura e recursos educacionais disponíveis nas escolas

As condições físicas do ambiente escolar são importantes para o processo de ensino e aprendizagem tratando-se de edifícios, materiais (didático-pedagógicos), equipamentos que cada escola apresenta (Soares et al., 2013; Tassitano e Lima, 2012; Neto, 2017), incluindo os espaços de recreio e das condições do fornecimento de água, energia eléctrica, manutenção e limpeza dos ambientes.

São consideradas aqui, a disponibilidade de salas de aulas e o número de escolas, tendo em conta o tipo (construídas de material convencional, material precário e as situações em que as aulas são ministradas ao ar livre ou de baixo da árvore) e, os materiais didáticos pedagógicos que compreendem o a disponibilidade de livros e de carteiras escolares.

Indicadores de financiamento e gastos com a Educação

O sector da educação é o que mais recursos tem absorvido nas despesas sociais em Moçambique com cerca de 25% do orçamento total do Estado (excluindo os encargos gerais do Estado). Em 2023, o sector ultrapassou os

compromissos de Dakar que visam alocar, no mínimo, 20% do orçamento total do Estado (MINEDH, 2020), todavia, cerca de 89.1% do orçamento sectorial é alocado para as despesas de funcionamento e apenas 10.9% para os investimentos, dos quais mais de 92% dos recursos alocados ao investimento são provenientes de fundos externos e de parceiros do MINEDH (RAR, 2022).

Uma proporção maior de recursos alocados ao sector de educação é direccionado para as despesas de funcionamento, tendo alcançado um máximo de 88.3% (em 2020) no horizonte temporal de 2015-2022 e esta é maioritariamente realizada para o pagamento de salários aos professores e técnicos do sector. Para a componente de investimento é alocado não mais de 16,4% do orçamento do sector, sendo a fonte de recursos de investimento externo em maior proporção que a de fonte interna que alcançaram no período 2015-2022 um máximo de 15,5% (em 2021) e apenas 6,3% no intervalo, respectivamente. Embora a despesa de investimento seja responsável pela criação de melhores condições no processo de ensino e aprendizagem a fim de proporcionar uma educação de qualidade, elas tenderam a decrescer, principalmente a componente interna.

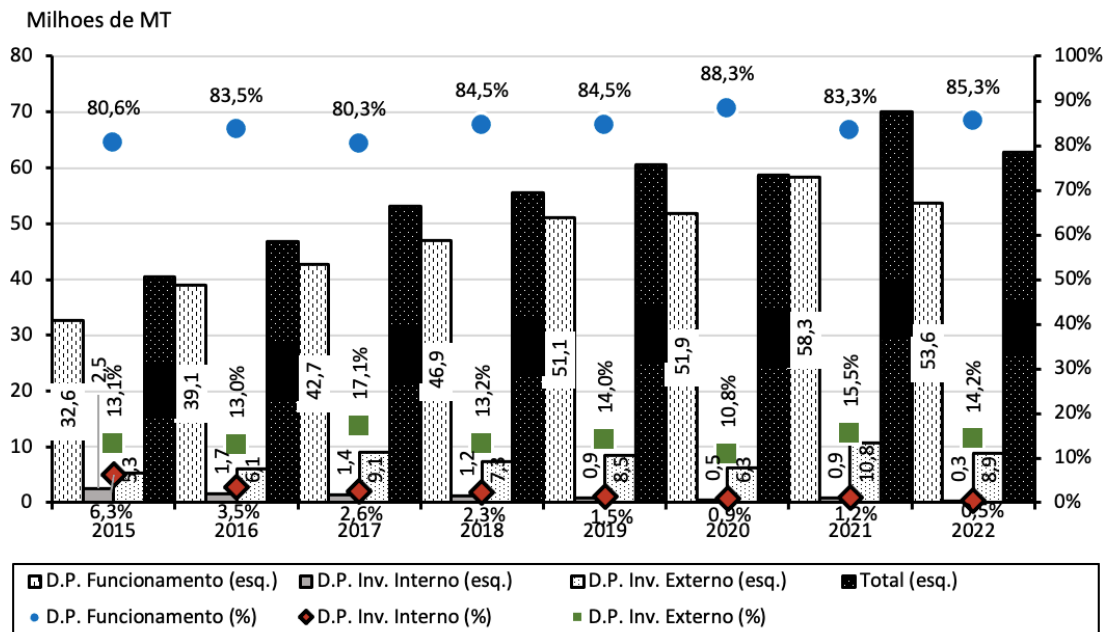


Figura 6: Despesas com Educação por Fonte de Financiamento e Classificação da Despesa
 Fonte: Banco Mundial, 2023; World Development Indicators (19/09/2023)

Além dos compromissos de Dakar, o compromisso de Incheon sobre o financiamento a educação recomenda que para os países alcançarem os objectivos de educação devem despendere para a educação entre 10% e 20% do total de recursos do orçamento do estado e entre 4% e 6% de recursos em percentagem do PIB.

Dados disponíveis para o período de 2010-2020, mostram que Moçambique tem cumprido satisfatoriamente esses requisitos, chegando mesmo a superar, tanto em termos de despesas totais do Estado, como em relação ao PIB, o que se pode visualizar no gráfico a seguir.

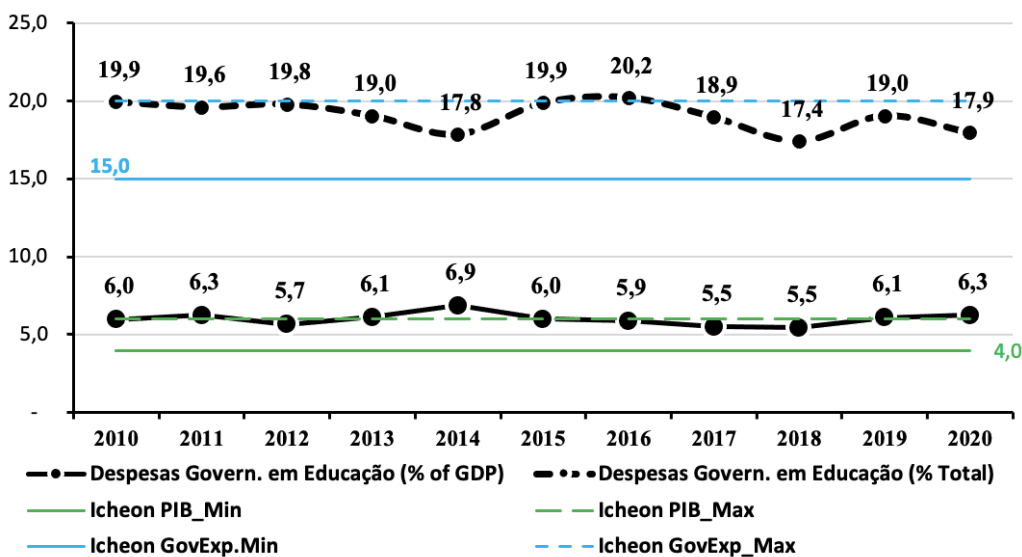


Figura 7: Despesas com Educação em relação ao PIB e Despesa Total do Governo

Fonte: Banco Mundial, 2023; World Development Indicators (19/09/2023)

4.2. Custo Médio por Aluno e Qualidade da Educação em Moçambique

Alem dos indicadores das despesas e de recursos alocados ao sector de educação, entender o custo unitário necessário para prover serviços benéficos da educação é bastante relevante. Aqui os indicadores relacionados com o custo por aluno e a sua ligação com os indicadores de qualidade mereceram uma análise

4.2.1. Gastos da Educação por aluno

Frequentam o ensino geral público uma média anual de 8.4 milhões de alunos em todo território nacional, subdivididos pelos 2 subsistemas do ensino geral, onde o 1º e 2º ciclos do ensino primário albergam maior população estudantil, tendo uma cerca de 6.09 milhões e

1.02 milhões, respectivamente seguido do 1º e 2º ciclos do ensino secundário que têm 977.1 mil alunos e 357.8 mil alunos, respectivamente.

Embora 1º ciclo do ensino primário detenha a maior população estudantil, ele apresenta o custo por aluno mais baixo em relação aos demais ciclos do ensino geral, com cerca de 2.065 meticais por aluno e o ensino secundário tem o mais alto, cerca de 19.460 meticais. Este facto mostra que as classes iniciais, onde se desenvolve as habilidades básicas de literacia e numeracia, demandam por mais recursos para a sua massificação. Alias, esse padrão colabora com as evidencias em outros países, para além do facto do rácio medio para o ensino básico (primário e secundário) em Moçambique apresentar um gasto por aluno bastante baixo para os casos dos PBR e PRMB.

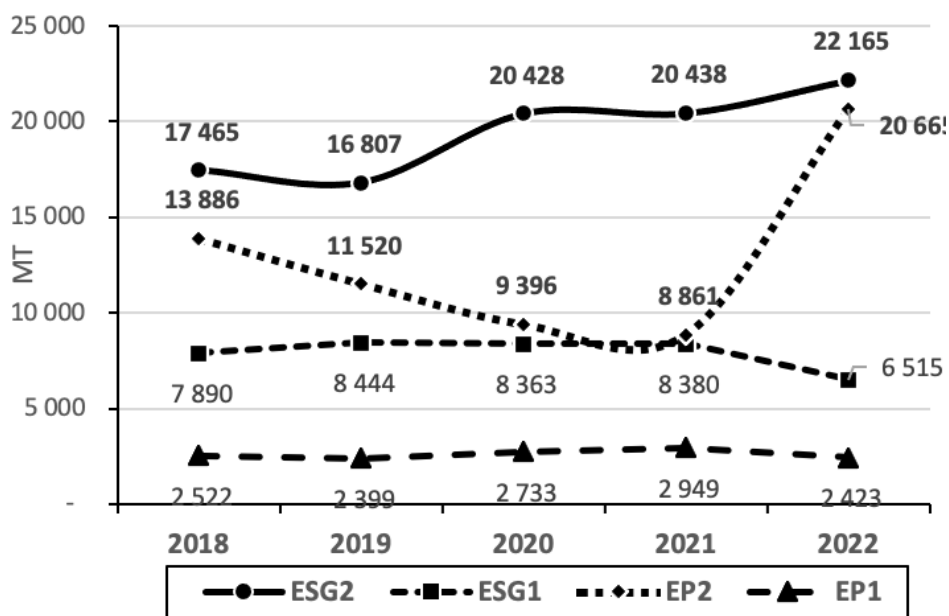


Figura 8: Gastos Por Aluno por Níveis de Ensino 2018-2022

Fonte: MINEDH, RAR

4.2.2. Investimento em Infra-estruturas de Educação

A disponibilidade e acesso a infraestrutura constitui factor importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade, sendo a força motriz para a robustez dos serviços fornecidos pelo estado, incluindo nos sectores sociais, tal como a educação.

A situação do país, por província, em relação às salas de aulas de um universo de 73.281 indica que 40.6% são precárias, uma proporção muito alta. Associado a falta e deficiência de infraestruturas prevalecem desafios em relação ao seu apetrechamento em carteiras. É que quanto maior for a proporção de salas de

aulas precárias espera-se uma baixa qualidade de educação.

Entre 2018 e 2022 prevaleceu uma proporção alta, acima de um quarto, de salas em condições precárias em todas as províncias do país, exceptuando as províncias de Maputo e a Cidade de Maputo, esta última sempre abaixo de 1%. As províncias de Inhambane, Zambézia e Nampula registram, em todo o período, uma situação mais grave em relação a outras províncias, estando sempre acima de 50% de salas em condições precárias, embora o rácio tivesse registado uma melhoria bastante ténue ao longo do período, assim como acontece para as restantes províncias com a excepção das províncias de Niassa e Sofala nas quais a situação se agravou.

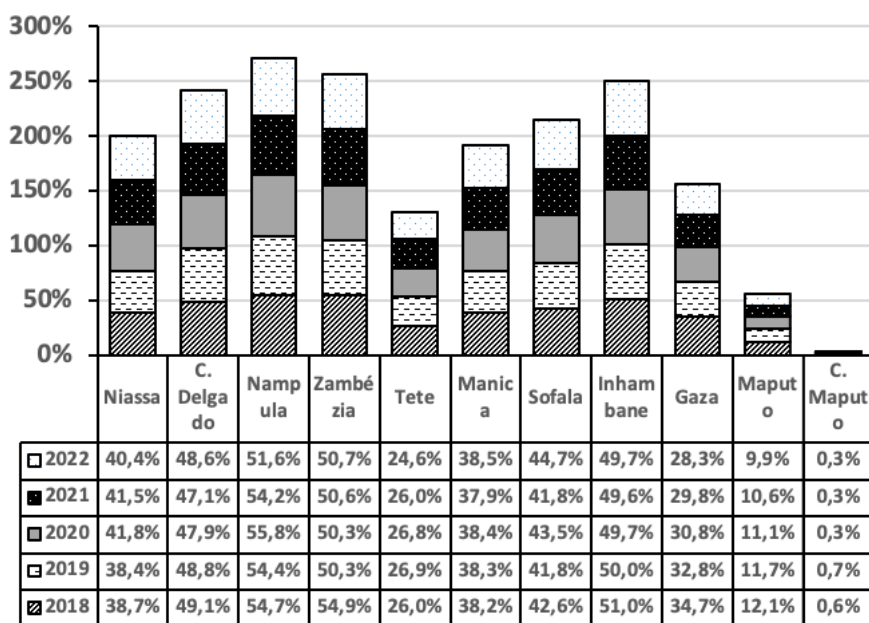


Figura 9: Proporção de Salas de Aulas Precárias por Província (2018-2022)

Fonte: Adaptado de RAR (2022)

No âmbito do reforço da melhoria da qualidade e abrangências de salas de aulas condignas, em 2022, no âmbito do programa de construção de salas de aulas e outros edifícios da educação financiado pelo Fundo FASE, teve um

orçamento avaliado em cerca de 94,3 milhões de Meticais em 2022, destes, foram executados apenas cerca de 49%, o que revela uma fragilidade na capacidade de gestão e execução de fundos. O esforço de construção de infra-



-estruturas da educação é minado em parte, também pela ocorrência cíclica dos desastres naturais como cheias e ciclones e o terrorismo no norte da província de Cabo Delgado.

4.2.3. Avaliação do Poder de Compra do Sector

Além das alocações orçamentais no sector torna-se também importante fazer uma avaliação

tendo em conta o fenómeno inflacionário por forma a compreender melhor a real evolução do poder de compra do sector, evidenciando em termos práticos, até que ponto a capacidade de fornecer insumos para a educação tem se renovado anos pois ano. De 2018 a 2022, Moçambique registou uma inflação média de 5%, tendo registado o nível mais baixo (2.8%) em 2019 e o mais alto (10.3%) em 2022.

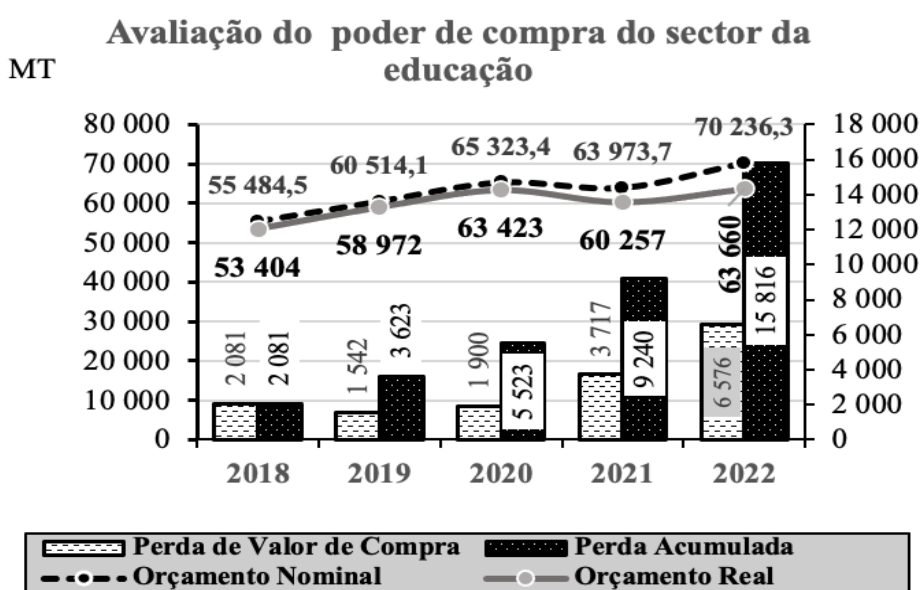


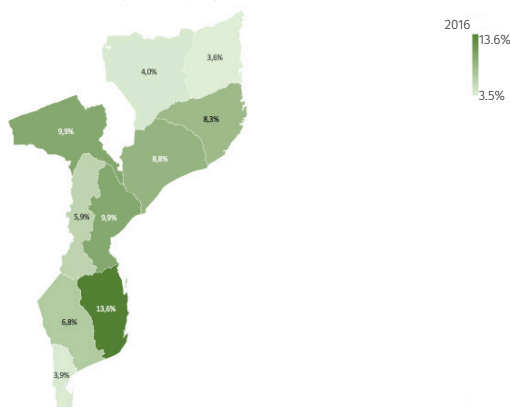
Figura 10: Evolução do Poder de Compra no Sector e Educação-Moçambique (2018-2022)

4.2.4. Análise da satisfação dos alunos em relação a educação

A escola tem duas funções extremamente significativas no desenvolvimento da inteligência, nomeadamente: (i) propor aos alunos novos objectos para pensar e (ii) fornecer novas ferramentas para pensar. O MINEDH tem enfrentado desafios na realização de avaliações de competências de forma regular, sendo que a última avaliação foi feita em 2016, facto que impossibilita trazer dados atualizados sobre esta componente.

No que respeita ao desenvolvimento das competências de leitura, a avaliação de 2016 verificou desigualdades regionais na distribuição das competências adquiridas pelos alunos da terceira classe, onde a zona norte do país teve resultados mais críticos, variando de 0.3% para Niassa e 3.2% para Nampula. A variação da assimilação de conteúdos de numeracia ficou entre 3.5% e 13.6%, sendo que em Maputo Província, Cabo Delgado e Niassa tiveram o nível mais baixo com 3.9%, 3.6% e 4.0% respectivamente e, Inhambane com nível mais alto de acerca de 13%.

% de alunos que desenvolvem competências requeridas na 3ª classe - Matemática



% de alunos que desenvolvem competências requeridas na 3ª classe - Leitura

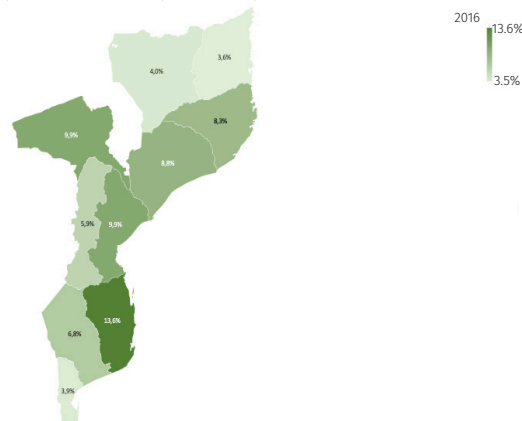


Figura 11: Avaliação de Competências em Numeracia e Literacia na 3ª Classe em 2016

Fonte: MINEDH, 2016

Dados do Service Delivery Indicators Survey (SDI), (2018) mostram a evolução da qualidade de educação e a prestação de serviços nas escolas para dois anos, nomeadamente os anos de 2014 e 2018. A análise avalia a medida em que o esforço realizado na leccionação, a capacidade dos professores e insumos a educação impactam a qualidade de educação.

No gráfico da figura a seguir mostra que houve uma evolução positiva entre os dois anos, tanto em termos de aprendizagem como em termos de habilidades dos alunos, sendo maior para as habilidades matemáticas (crescimento de quase 10 pontos na Matemática, contra apenas 8 na língua) e na aprendizagem nas línguas (evolução em mais de 12 pontos nas línguas contra apenas 6 pontos na matemática).

Quanto às condições para o ensino e aprendizagem houve registo de uma evolução satisfatória em relação ao absentismo, tendo

reduzido 14,8 pontos percentuais entre 2014 e 2018 o que revela aumento da disponibilidade dos professores para o processo de ensino e aprendizagem, assim como no caso da disponibilidade de insumos, designadamente em relação aos livros escolares. Entretanto, as questões relacionadas com equipamento mínimo requerido, infraestruturas físicas mínimas que reduziram respectivamente 9 e 1,4 pontos percentuais e, o rácio aluno professor observado que aumentou 2,1 pontos entre 2014 e 2018. Esses indicadores não registaram uma evolução satisfatória.

Os resultados são mostrados no gráfico a seguir e eles, colaboram com evidências empíricas de que nem sempre que se registam resultados promissores na qualidade de educação se devem à disponibilidade de recursos alocados, pois os factores combinados e a eficiência verificada na implementação das intervenções podem jogar um papel mais relevante e sinérgico.



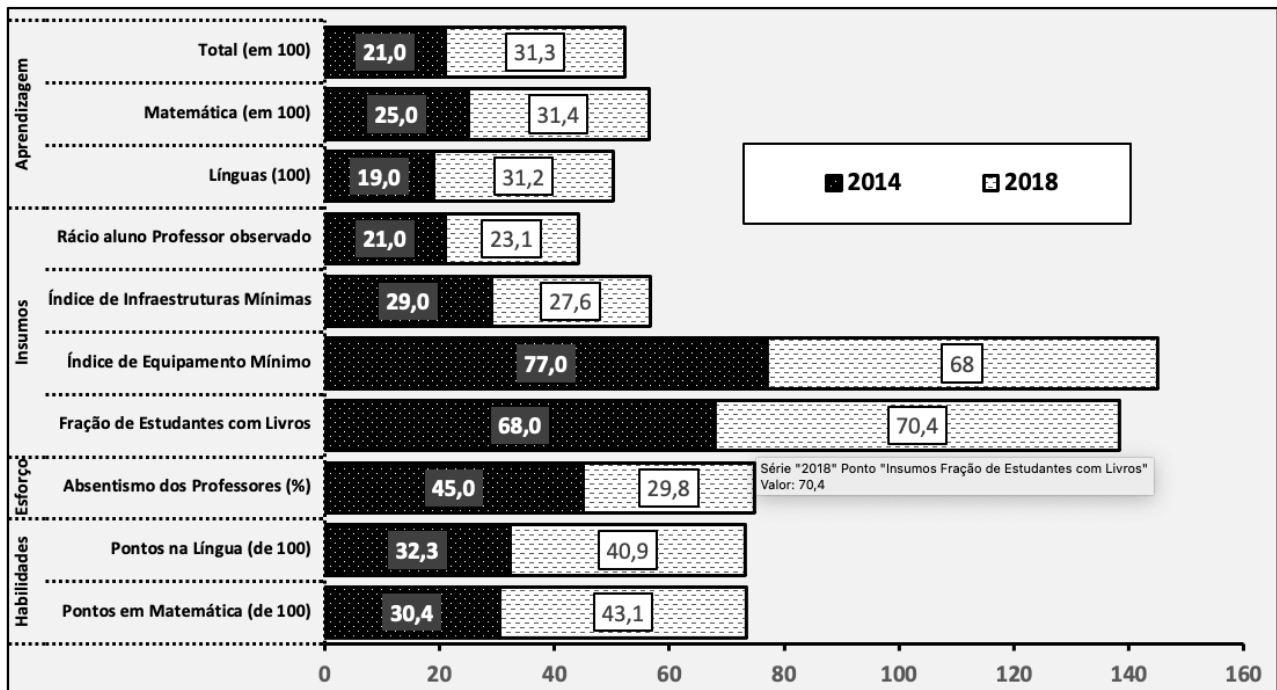


Figura 12: Qualidade Vs. prestação de serviços nas escolas (esforço, capacidade dos professores e insumos)

Fonte: Adaptado de Service Delivery Indicators Survey (SDI), 2018)

O IOF, dentre vários aspectos, avaliou o nível de insatisfação dos alunos no ensino primário em relação aos desafios que o sector da educação se debate. Para 2019/20, os dados indicam que 72,5% dos alunos que frequentaram a escola estavam insatisfeitos com as condições que lhes são oferecidas na escola. A causa mais importante da insatisfação foi a

falta de carteiras, que foi apontada por 47,7% dos alunos, seguida de falta de água (41,2%), a condição das instalações de educação em péssimas condições (35,5%) e falta de sanitários (31,7%). Entretanto, a comparação com as avaliações em 2022, quase todos os indicadores registaram melhorias, portanto a reduziu insatisfação dos alunos.

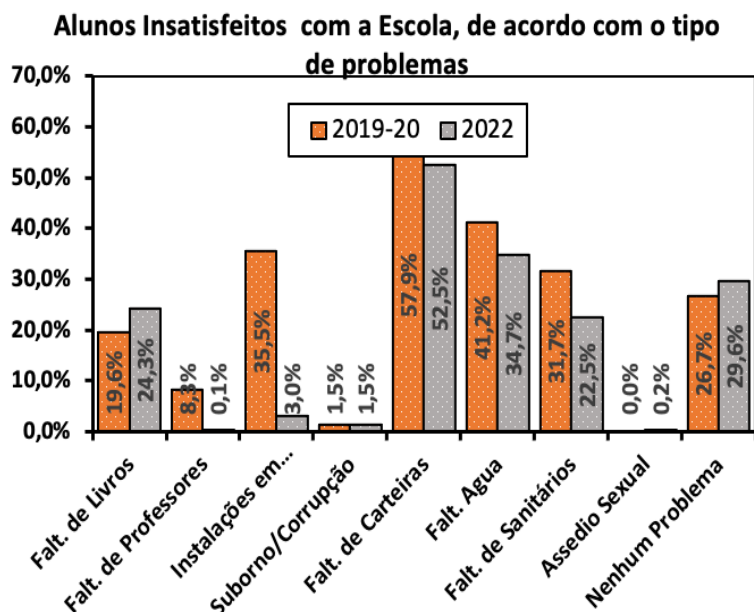


Figura 13: Avaliação da Satisfação dos Alunos por tipo de Problemas e condições de Ensino

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, in IOF 2019/2020 & 2022

4.3. Análise da Relação Custo-Aluno e a Qualidade da Educação Em Moçambique

O custo-aluno medio para o ensino geral para período 2017-2022 é estimado em cerca de USD 74,37, o equivalente a 5.092 MT em média, um valor é superior as despesas por aluno nos Países de Renda Baixa PRB) estimado em USD 53,00 (3.403MT) como a Guiné que gastou em

media USD144 PPC¹² por criança no ensino primário, equivalente a USD 52,82. No entanto, o custo-aluno medio de Moçambique encontra-se consideravelmente distante em relação ao indicador do custo-aluno médio nos Países de Renda Média Baixa (USD318, equivalente a cerca 20.418 MT) e ainda mais se comparado aos Países de Renda Média Alta estimado em USD980 (cerca de 62.922MT) a exemplo da Africa do Sul que gastou USD 2.400 PPC equivalente USD 880,28 por criança em idade escolar no ensino primário.

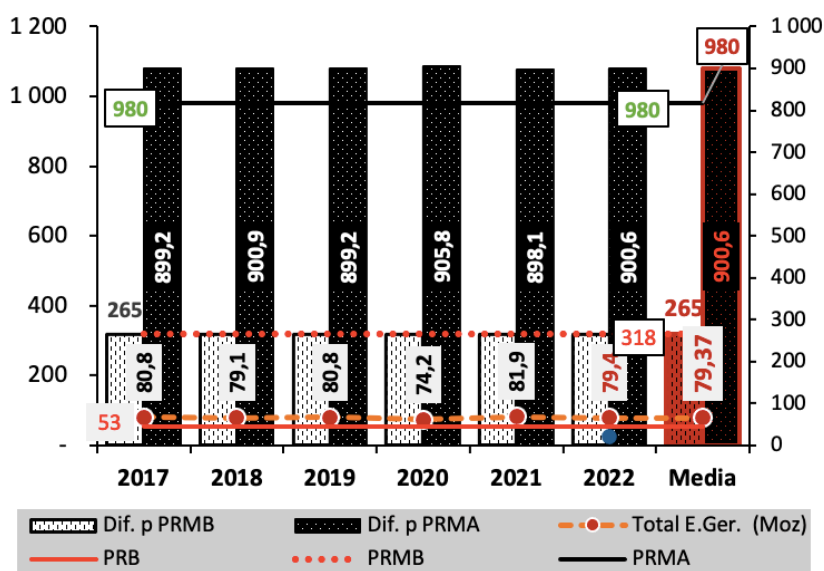


Figura 14: Gastos por Aluno Moçambique Vs. Referencia de Países 2017-2022 (em USD)

Fonte: Adaptado pelo Autor de OECD-Education at Glance (2023, 2022);

A comparação do gasto médio por aluno nos PRB e PRMA referem-se apenas aos gastos incorridos para a escolaridade no ensino primário, o que pode significar um valor do custo por aluno mais baixo a essas referencias. Entretanto, dados resultantes do modelo de simulação do MINEDH para os gastos referentes ao Plano Estratégico da Educação 2020-2029, apontam para um aumento do gasto por aluno ate 2029, mas não se prevê o alcance dos níveis de gastos PRMA.

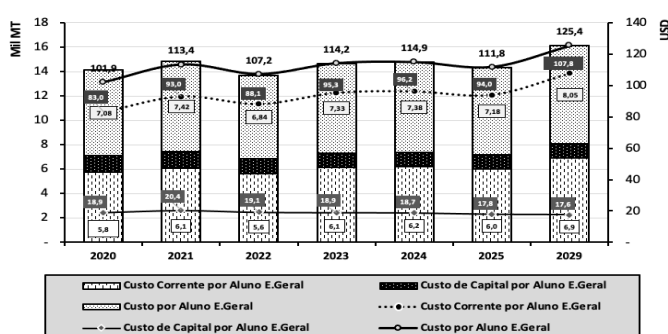


Figura 15: Custo-Aluno- projecções do Plano Estratégico da Educação 2020-2029

Fonte: Adaptado pelo Autor – OE, CGE, IMF (2023), WB (2023)

12. PPC – Paridade do Poder de Compra, cujo factor de conversão para 2022, segundo o Banco Mundial (2023) é de 23,55; https://data.worldbank.org/indicador/PA.NUS.PPP?name_desc=false&locations=MZ

Taxa de Matrículas e as Despesas totais em Educação (% PIB e Total OE)

A taxa de matrículas não representa um indicador de qualidade de educação, mas ela representa o ponto importante para o processo de ensino e aprendizagem, a demanda por educação. As despesas associadas ao sector de educação indicam o lado da capacidade do estado em prover os serviços de educação, o lado da oferta. Assim, a evolução destes indicadores devem seguir uma trajetória semelhante.

No ensino fundamental e obrigatório (EP e ES) as taxas apresentam uma evolução geral crescente e estável entre 2015-2020, sendo mais

alta [para o ensino primário que no ensino secundário geral, mas, a evolução dos gastos e recursos alocados para o sector de educação, tanto em % do PIB como em % do total do Orçamento do Estado (OE) que decresceram ao longo do período, embora se encontre dentro dos padrões recomendados globalmente.

Esse facto corrobora com os resultados empíricos de que nem sempre os recursos decorrentes desses indicadores são efectivamente usados no sector, incluindo os resultados achados para os casos de PRMA, ou mesmo de PRA que apresentam uma menor associação entre a qualidade e acesso a educação e os gastos na educação.

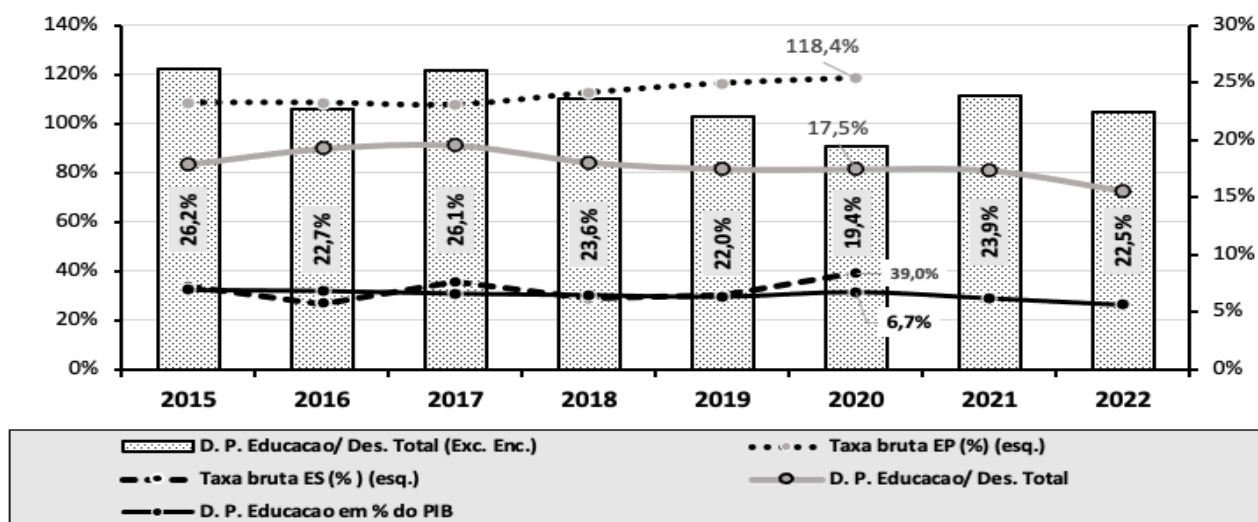


Figura 16: Taxa de Matrículas no EP e ES (%) Vs. Despesas com Educação (% do PIB e da Despesa Total)

Fonte: Adaptado pelo Autor do OE (2015-2022), CGE (2015-2021), IMF (2023) e INE - Contas Nacionais (2023)

A preocupação com o acesso e garantia da qualidade de educação nota-se igualmente para os níveis de ensino mais baixos, nomeadamente o pré-escolar e a alfabetização, os

quais apresenta projecções, de crescimento, incluindo nos subsistemas privado e comunitários como esta resumido na tabela a seguir.

Indicador	Base	Cenário 2		
	2018 (Base)	2020	2024	2029
ENSINO PRÉ-ESCOLAR (Crescimento anual avaliado das matrículas)				
Público	2.0%	10.0%	10.0%	10.0%
Comunitário	5.0%	20.0%	20.0%	20.0%
Privado	5.0%	12.5%	12.5%	12.5%
RÁCIO EDUCADOR: ALUNO				
Público	25.0	24.96	24.96	24.96
Comunitário	35.0	35.02	35.02	35.02
ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS				
Taxa de crescimento anual das matrículas	15.1%	18%	10%	10%

Tabela 1: Projecções do Crescimento de Matrículas no ensino Pré-escolar e Alfabetização

Rácio Aluno-Professor Vs. Custo-Aluno e Despesas com professores

Os gastos com educação de qualidade estão ligados com a criação de condições para a garantia de doo processo de ensino e aprendizagem que rega benefícios e resultados satisfatórios e de qualidade, tanto a nível interno como externo. É preciso notar que as projecções do PEE consideram as reformas introduzidas no sistema nacional de educação, acompanhando igualmente os compromissos e padrões globais em relação a educação, nomeadamente pela evolução positiva tanto em

ternos do ensino pré-escolar (infantários e escolas comunitárias), como para a alfabetização de adultos.

Entretanto, em relação ao rácio aluno professor, essas projecções apontam uma forte ligação com o custo aluno estimado, ao apresentarem evolução positiva, o sentido de que tanto o rácio-aluno professor a todos os níveis, como no que respeita aos rácios turma por professor e alunos turma, estimasse uma redução, revelando a preocupação com a qualidade no acompanhamento dos alnos no processo de ensino e aprendizagem.

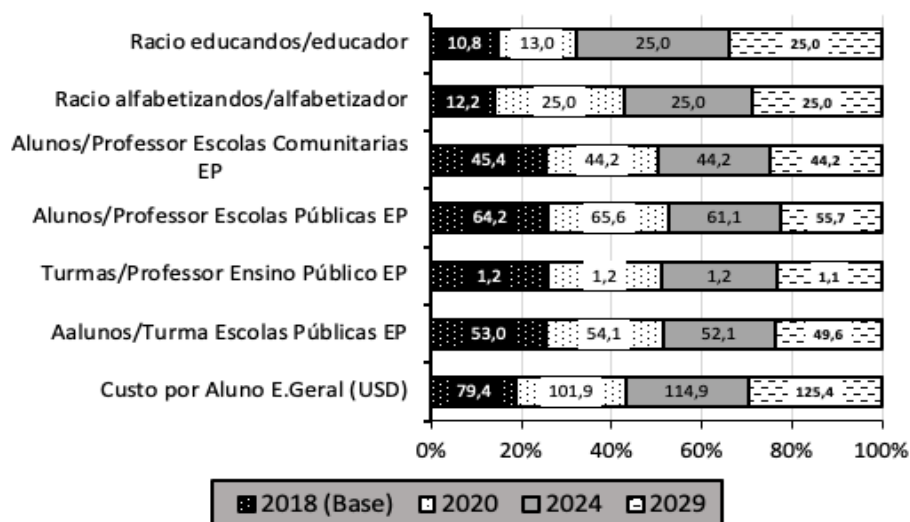


Figura 17: Projecção de Indicadores de Qualidade de Educação com Professores Vs. Custo por Aluno

Fonte: Adaptado pelo Autor do OE (2015-2022), CGE (2015-2021), IMF (2023) e INE - Contas Nacionais (2023), PEE 2020-2029 (2020)

No ensino secundário, os esforços necessários acompanham em geral o custo por aluno estimado, ao se projectar aumentos na carga média de ensino do professor em termos de

sessões semanais, assim como para o rácio aluno turmas e o rácio aluno professores, nos níveis básico e médio. A tabela a seguir ilustra esse quadro.

Indicador	Base	Cenário 2		
	2018 (Base)	2020	2024	2029
ES1 DIURNO (Sessões semanais nas escolas públicas)				
Carga média de ensino do professor	18.6	19.80	20.00	20.00
Rácio alunos: turma nas escolas públicas	62.7	65.19	63.19	60.69
Rácio Alunos: professor nas escolas públicas	38.9	43.03	42.13	40.46
ES2DIURNO (Sessões semanais nas escolas públicas)				
Carga média de ensino do professor	14.7	14.50	15.30	16.30
Rácio alunos: turma nas escolas públicas	60.4	58.50	56.50	54.00
Rácio Alunos: professor nas escolas públicas	29.6	28.27	28.81	29.34

Tabela 2: Esforço e Disponibilidade para o Ensino e aprendizagem

Progressão, Aprovação Repetição e o Custo-aluno

O progresso na aprendizagem representa um elemento indicador da qualidade de educação, as taxas esperadas no campo da aprendizagem acompanham a evolução do custo aluno, de acordo com os dados do Plano Estratégico da educação. Portanto, como mostra gráfico da figura a seguir, todos os indicadores referentes, tanto em relação a taxa de repetição, a taxa de abandono escolar que se espera

registrem reduções a todos os níveis de ensino, primário e secundário.

Alem disso espera-se que a taxa de transição para o ensino básico e para o ensino medio apresentam uma evolução crescente ate 2029, assim como se verifica quanto a taxa de sucesso escolar no ensino secundário geral que vai crescer consideravelmente ate 2029 (com cerca de 74%).

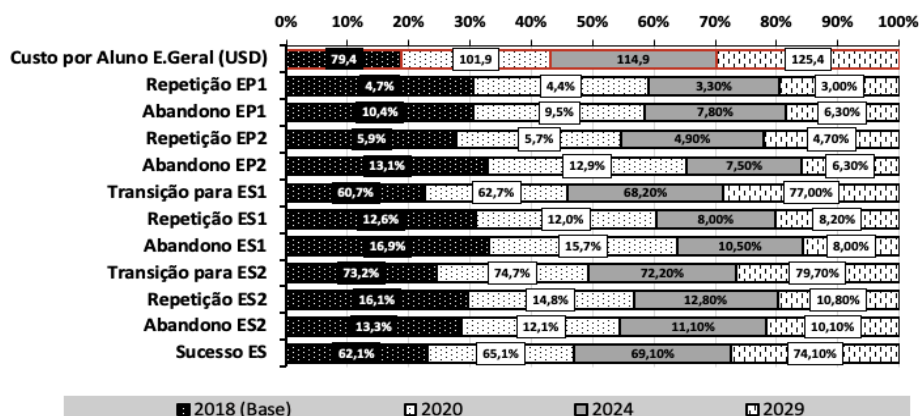


Figura 18: Projecção do rendimento escolar por níveis Vs. Gasto por Aluno no Ensino Geral

Número de escolas, salas de aulas e custo unitário com escolas /salas de aulas

As experiências ganhas pelo MINEDH durante a década entre os anos de 1992 e 2002 na área de construção de salas de aula mostram resultados pouco encorajadores em termos de aumentos substanciais em quantidade de salas de aula. A abordagem era a da contratação de grandes empresas nacionais e internacionais para construção de escolas, que não colheu os resultados desejados. Ao contrário, o processo de construção de sala de aulas tornou-se cada vez mais oneroso, complexo e moroso, que no final ficou muito caro, entre USD18000–USD 40.000 por sala. Assim, os custos por sala de aula construída em regime de contracto de médio ou grande empreiteiro são 3 até 4 vezes mais altos comparados com outros países da região.

No entanto, as experiências ganhas na área de construção neste período, no que se refere a construção de baixo custo através das ONG's nacionais e internacionais são mais prometedoras em termos de redução de custos. Em diferentes regimes de responsabilidade e gestão financeira, as ONG's conseguiram construir salas de aulas a custos entre USD 4.000 – USD 12.000 USD/sala com a participação da comunidade e mão-de-obra local.

Assim, o Custo médio de construção de salas de aulas é estimado em USD 8.000,00/sala de aulas, segundo o previsto no acordo de crédito assinado entre o Governo e o Banco Mundial, tendo em conta igualmente os aspectos relacionados com a resiliência para qual o MINEDH passou a considerar apenas uma intervenção que visa o reforço estrutural das coberturas das escolas selecionadas, a montagem de caixilhos e tanques de recolha de águas pluviais, a execução de rampas de acesso para pessoas com necessidades especiais e a reabilitação dos passeios das varandas frontais dos edifícios abrangidos pela reabilitação resiliente.

Relacionar a variação anual do número de alunos com a variação de infra-estruturas e orçamento dedicado para o sector permite compreender até que ponto há um alinhamento entre a demanda pelos serviços da educação e a efectiva resposta à demanda ao longo dos anos.

O gráfico da figura a seguir mostra uma tendência coerente e estável entre a evolução do número de efectivos escolares e as escolas e respectivas salas de aulas e a evolução do orçamento dedicado ao sector.

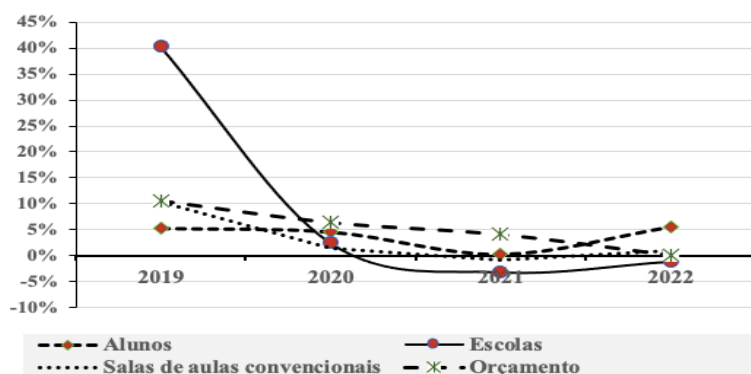


Figura 19: Taxa de Crescimento dos alunos VS escolas VS salas de aulas Vs. Orçamentos



Disponibilidade de Livros e carteiras escolares Vs. Despesas com Equipamento, Custo-aluno com despesas com Livros e Carteiras

Consistente com as evidências empíricas de que uma boa parte dos recursos gastos no sector de educação são canalizados para as despesas com salários, as projecções de recursos a alocar para materiais didáticos e equipamentos escolares, apontam para uma redução

em termos da despesa total do sector e em termos do seu peso no PIB constante das despesas com salários.

Os recursos para a formação de professores e a disponibilização de livros também apresentam uma tendência de redução pesando não mais que 3,5% e 6.5 em % do total de recursos por actividade de educação. Essa trajectória se repete para o ADE e a alimentação escolar. A tabela a seguir resume o contexto.

RUBRICA	2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029	
	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB	% Desp. Educ.	% PIB
A01 SALÁRIOS E REMUNERAC.	59.5	5.5	60.2	5.6	60.0	5.5	62.2	6.1	62.8	6.1	63.6	6.2	64.5	6.4	65.7	6.6	66.7	6.8	67.4	6.9
A02 CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO	9.1	0.8	8.9	0.8	8.8	0.8	8.1	0.8	7.9	0.8	7.7	0.8	7.4	0.7	7.1	0.7	6.9	0.7	6.9	0.7
A04 LIVROS ESCOLARES, MATERIAIS DE ENSINO E EQUIPAMENTO	6.5	0.6	6.5	0.6	6.5	0.6	6.2	0.6	6.0	0.6	5.9	0.6	5.8	0.6	5.6	0.6	5.4	0.6	5.3	0.5
A05 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CAPACITAÇÃO	3.1	0.3	3.2	0.3	3.3	0.3	2.8	0.3	2.9	0.3	2.8	0.3	2.7	0.3	2.6	0.3	2.5	0.3	2.4	0.2
A06 APOIO DIRECTO ÀS ESCOLAS	2.5	0.2	2.5	0.2	2.5	0.2	2.3	0.2	2.3	0.2	2.3	0.2	2.2	0.2	2.2	0.2	2.1	0.2	2.0	0.2
A07 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E APOIO AOS ORFÃOS	5.7	0.8	8.5	0.8	8.4	0.8	8.2	0.8	8.1	0.8	7.9	0.8	7.7	0.8	7.4	0.7	7.2	0.7	7.1	0.7
A011 OUTRAS ACTIVIDADES	9.1	0.8	8.5	0.8	8.4	0.8	8.2	0.8	8.1	0.8	7.9	0.8	7.7	0.8	7.4	0.7	7.2	0.7	7.1	0.7

Tabela 3: Tendência de recursos alocados para Actividades específicas de educação

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES DE POLÍTICAS

Os principais indicadores da educação, incluindo os indicadores de qualidade permanecem críticos e apresentam uma tendência de estagnação crescimento lento. Em alguns casos apresentam-se em agravamento. A distribuição assimétrica de recursos de educação a nível nacional também se verifica, havendo regiões e províncias em condições piores que as outras, nomeadamente as províncias mais populosas do país Nampula, Zambézia e a de Inhambane, onde os indicadores de acesso como os de qualidade se encontram críticos.

Mais especificamente sobre esses indicadores, pode-se verificar que:

- A taxa de escolarização continua sendo alta (incluindo acima de 100%), mas ainda frequentada por crianças acima da idade oficial, uma vez que a taxa de escolarização se situa acima dos 100%;
- O rácio professor aluno distribuído de forma assimétrica ao longo das províncias do país, com Nampula apresentando o rácio mais alto e Inhambane com o mais baixo, com 82,8 e 43,5 alunos por professor, respectivamente;
- Diversas metas do governo não são alcançadas, com particular foco sobre a distribuição de carteiras e livros escolares;

A implicação de política é que o Governo deve considerar observância dos critérios de equidade na alocação territorial dos orçamentos do sector da educação. Tais critérios deverão estar baseados em aspectos relativos às de-

sigualdades geográficas e sociais incluindo a proporção de alunos que frequentam cada ciclo do ensino geral, com enfoque para a educação básica. Indicadores socioeconómicos como a pobreza, os acessos a serviços básicos deverão igualmente ser considerados.

Essas abordagens devem ser alargadas não somente para mais actores (OSC's, ONG's e parceiros, etc.) mas também deve-se há considerar essas abordagens, tendo em conta cada programa do sector da educação.

Existem diferentes abordagens para o tratamento dos indicadores relativos aos custos relacionados com educação e a sua relação com a qualidades de educação. O custo ou gasto unitário por aluno, o custo per capita por aluno, incluindo nos diferentes níveis de ensino, podendo ser desagregados em relação aos determinantes dos custos com educação, nomeadamente em termos despesas com professores, materiais e insumos para ensino, assim como relativos a infraestruturas.

Outras perspectivas com que se pode tratar o custo-aluno e qualidade de educação, designadamente os indicadores relativos à despesas incluem as abordagens como a percentagem de gastos em relação ao PIB e em relação as despesas globais do Estado e, o custo-aluno que tem que ver na perspectiva da capacidade do cidadão (capacidade aquisitiva) em pagar serviços de educação, tendo em conta a composição da sua renda media. Em Moçambique esse custo é estimado através dos IOF's.

Uma combinação de abordagens deverá ser seguida pelo governo e pelos vários actores do sector de educação, associando todos os



esforços levados a cabo com os investimentos feitos para o acesso e a qualidade de educação. O foco deve incluir a introdução nas rotinas do sector para divulgar os vários quadros de abordagens e mecanismos para determinação dos indicadores e sua associação a qualidade. Quanto aos rácios recomendados pelos organismos globais, o importante será o de monitorar a qualidade da despesa realizada no sector da educação, incluindo a alargamento e melhoria dos classificadores de função e programáticos.

As experiências provam que nem sempre o aumento do gasto por aluno implique necessariamente aumento da qualidade de educação mas, também evidenciam que resultados positivos na educação, principalmente em relação a Taxa de Pobreza na Aprendizagem e os LAY's (Learning Adjusted Years) estão associados fortemente com gastos altos por aluno. Mas, é preciso notar que para níveis mais altos de rendimento dos países, a relação entre a qualidade de educação e o gasto por aluno começa a se tornar mais fraca em relação ao caso dos países de menor rendimento.

Esta constatação implica um maior escrutínio por parte do governo e das organizações afins, sobre não somente os gastos na educação ao vários níveis, mas também sobre os resultados do investimento realizado no processo de ensino e aprendizagem. Estes indicadores deverão ser institucionalizados nas rotinas do sector, assim como dever-se -a potenciar técnica, humana e materialmente as entidades que trabalham nesta área. A sociedade civil devesse igualmente realiza investimentos

estratégicos para ampliar a cultura e tomada de decisão de intervenção, baseada nas evidências.

O país apresentou indicadores satisfatórios em relação aos gastos no sector de educação tanto em relação ao gastos totais do Governo como em relação ao PIB, mas é preciso notar que nem sempre o volume de recursos resultantes desses rácios ficam a disposição do sector e as vezes nem são suficientes para satisfazer as demandas do sector, uma vez que seu espaço fiscal é limitado e diminuto, assim como é altamente dependente de recursos de doadores, principalmente no que se refere aos gastos com investimentos.

As medidas de política face a exiguidade do orçamento para o sector, principalmente o de investimento, é que o governo deve identificar alternativas de financiamento e implementar uma estratégia de mobilização de recurso a nível doméstico. Um papel complementar dos parceiros, ONG's e OSC's focalizara a promoção de iniciativas de justiça fiscal junto ao sector industrial e de exploração de recursos naturais, assim como advogar sobre a eficiência e valorização monetária dos recursos alocados ao sector, tendo em conta processos de monitoria, promoção de auditorias e mecanismos de prestação de contas entre as partes intervenientes.

O gasto medio por aluno de Moçambique se situa na faixa entre os gastos médios nos países de renda baixa em que o indicador é bastante baixo, embora não baixo quanto em alguns países com o seu padrão de rendimento

como a Guiné. Na maioria dos PBR (Países de Baixa Renda) e PRMB (Países de Renda Media Baixa) são necessários aumentos de recursos nos diferentes níveis assim como na eficiência das despesas com a educação para cumprir os objectivos nacionais de aprendizagem, com um forte foco na equidade e estratégias de financiamento fiscalmente sustentáveis.

A implicação no âmbito desta constatação é que o padrão de gastos por aluno comparável para Moçambique deveria se situar entre o nível de gastos dos PBR e PRMB situados entre USD 53 e USD 318. Entretanto, as políticas deverão almejar, no medio e longos prazos, aumentar os gastos por aluno para os níveis de um PRMA situado em USD980,00. Entretanto, o governo deverá rever as estratégias de financiamento para o PEE 2020-2029, de tal forma que se possa fazer acompanhamento na base igualmente do indicador custo aluno. Antes, isso implica mapear os determinantes dos custos e incorporar a perspectiva do cidadão e comunidade estudantil.

O padrão de qualidade de educação em Moçambique é compatível com os recursos alocados para a educação. São poucas iniciativas de avaliações de aprendizagens e competências dos alunos e, o que limita o conhecimento sobre os rendimentos e ganhos de qualidade da educação, mas as poucas iniciativas experimentadas, indicam uma situação de qualidade baixa. Ademais, indicadores sobre condições relacionadas com a provisão de serviços de educação de qualidade para os cidadãos, nomeadamente os professores com qualificações, o número de alunos por professores, a disponibilidade de meios didáticos e de in-

fraestruturas escolares adequadas, não apresentam níveis satisfatórios em comparação com os padrões recomendados.

As autoridades devem calcular o custo do pacote mínimo de insumos para garantir uma educação universal de qualidade que leve todas as crianças a adquirir competências básicas sólidas e desenvolver estratégias de financiamento para financiar esses custos, garantindo ao mesmo tempo que os recursos sejam bem gastos.

5.1. Desafios

O governo deveria introduzir mecanismos de avaliação nacional da aprendizagem, envolvendo os planificadores de educação prevenindo-se contra a suposição simplista (usando apenas modelos de frequência da frequência do passado) de que os custos unitários determinados com sustentabilidade no futuro, ou de que as receitas continuarão a aumentar ao mesmo ritmo que no passado.

Moçambique deve desenvolver e custear planos baseados em evidências para alcançar os objetivos de aprendizagem e um roteiro de financiamento correspondente, nomeadamente através de ganhos de eficiência provenientes de:

Garantir financiamento suficiente para a educação básica para alcançar a aprendizagem fundamental universal, evitando a repetição e a perda de aprendizagem nos níveis superiores, com padrões de equidade.



Obter mais valor dos gastos com professores, que representam 50 a 80% dos gastos com educação, combatendo o absenteísmo, a distribuição de professores e aumentando o tempo dedicado às tarefas e a eficácia do ensino (planos de aula estruturados, treinamento prático por nível de aprendizagem).

Adoptar mecanismo de análise das propostas de reformas com boa relação custo-eficácia para reforçar a gestão financeira, as aquisições e uma capacidade de gestão mais ampla para reduzir os custos unitários e melhorar a prestação de serviços.



6. REFERÊNCIAS

ALEXEY RYZHOV, KONSTANTIN ZISKIN, POLINA RAZUMOVSKAYA, VALERY UMYAROV, AND DMITRY PESHCHEROV, the content of the concept “quality of education” and the definition of methods to measure it, SHS Web of Conferences 98, 01013 (2021); <https://doi.org/10.1051/shsconf/20219801013>.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE- MEF, Conta Geral do Estado, 2018 – 2022, 2020

<https://en.unesco.org/gem-report/sites/gem-report/files/background%20paper%20-%20costing%20education.pdf>.

<https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2021/9-pon-tos-sobre-%E2%80%98custo-aluno-qualidade%E2%80%99-e-investimentos-em-educa%C3%A7%C3%A3o>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), Anuário Estatístico, 2021.

JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO, uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica RBPA E – v.22, n.2, p. 197-227, jul./dez. 2006.

MARINA PAN CHACON LIBERMAN, 9 pontos sobre ‘custo aluno qualidade’ e investimentos em educação 13 Ago 2021(atualizado 13 ago

2021 às 18h20).

MINEDH, Relatório de Desempenho do Sector da Educação, 2018 – 2022, 2023

NATÁLIA MENIN DA SILVA e JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO, O custo aluno-qualidade de uma escola localizada em um assentamento de reforma agrária na perspectiva de seus profissionais, 2014.

NELSON CARDOSO AMARAL, LUIZ FERNANDES DOURADO, JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA, MÁRCIA ANGELA DA S. AGUIAR, JANETE MARIA LINS DE AZEVEDO, Financiamento da Educação e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) – Caderno Temático 9 / – Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

OECD (2017), Education at a Glance 2017: **OECD** Indicators, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>.

OECD (2023), Education at a Glance 2023: **OECD** Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/e13bef63-en>.

PHILIP H. COOMBS AND JACQUES HALLAK, Cost Analysis in Education: A Tool for Policy and Planning, EDI Series in Economic Development Published for The World Bank, The Johns Hopkins University Press Baltimore and London, The International Bank for Reconstruction and Development/1818 H Street, N.W., Washington, D.C. 20433, U.S.A. 1987



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE -MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Plano Estratégico da Educação 2020-2029, Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade, Maio de 2020.

SERGIO HENRIQUE DA CONCEICAO, JOÃO ALVES CARVALHO FILHO, SILVIA LUIZA ALMEIDA CORREIA,

O Custo-Aluno-Qualidade no contexto do Financiamento da Educação Básica no Brasil, XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011.

THE WORLD BANK GROUP (Ellinore Ahlgren),

The Adequacy of Public Expenditure on Education and the Needs Post COVID-19, April - 2023.

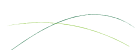
UNICEF, Um mundo pronto para aprender: Dar prioridade à educação na primeira infância de qualidade, 2019.

WILLS, ANNABABETTE, Background paper for UNESCO, Global Education Monitoring Report, Paris, 2015.

UNESCO, Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos - World Education Fórum, Incheon, Korea R, 2015, ED/WEF2015/MD/3, 2015;

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por

www.globalpartnership.org/node/document/download?file=document/file/2020-22-Mozambique-ESP.pdf





PARCEIROS

